UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

JULIA VERONEZ NERY DI ALVES

CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA:
REVISÃO DE LITERATURA E ESTUDO DE CASO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA

GOIÂNIA
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo da autora: **Julia Veronez Nery Di Alves**

Título do trabalho: **CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA: REVISÃO DE LITERATURA E ESTUDO DE CASO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA**

2. Informações de acesso ao documento - Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;

- Submissão de artigo em revista científica;

- Publicação como capítulo de livro.

Documento assinado eletronicamente por **Julia Veronez Nery Di Alves**, **Discente**, em 09/03/2023, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Andréa Pereira Dos Santos**, **Professora do Magistério Superior**, em 09/03/2023, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3585606** e o código CRC **90D14E7B**.

JULIA VERONEZ NERY DI ALVES

CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA:

REVISÃO DE LITERATURA E ESTUDO DE CASO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Pereira dos Santos

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alves, Julia Veronez Nery Di
Censura e preconceitos em leitura [manuscrito] : revisão de literatura e estudo de caso das bibliotecas públicas de Goiânia / Julia Veronez Nery Di Alves. - 2023.
87 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Andréa Pereira dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Biblioteconomia, Goiânia, 2023.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Preconceitos em leitura. 2. Censura de livros. 3. Bibliotecas públicas. I. Santos, Andréa Pereira dos, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos **17 dias do mês de fevereiro do ano de 2023** iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA: REVISÃO DE LITERATURA E ESTUDO DE CASO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA**", de autoria de **Júlia Veronez Nery Di Alves**, do curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela **Profa. Dra. Andréa Pereira dos Santos - Orientadora (FIC/UFG)** com a participação da Banca Examinadora: **Prof. Dr. José Vanderlei Gouveia (FIC/UFG)**. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora fez avaliação, tendo sido o TCC considerado **aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Andréa Pereira Dos Santos**, **Professora do Magistério Superior**, em 10/03/2023, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Jose Vanderlei Gouveia**, **Professor do Magistério Superior**, em 11/03/2023, às 07:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3589080** e o código CRC **0987120E**.

Dedico este trabalho aos meus pais,
que sempre me apoiaram e não me deixaram desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por sempre acreditarem em mim, por me apoiarem e me incentivarem em todos os momentos e, principalmente, por sempre investirem em minha educação.

Agradeço também à minha família, por incentivarem os meus estudos e o meu amor pelos livros e, por esse motivo, possibilitaram-me chegar até aqui.

À minha orientadora, Profa. Dra. Andréa Pereira dos Santos, pela paciência ao me guiar por todas as etapas deste trabalho.

Aos meus professores, por todos os ensinamentos passados e que contribuíram para a minha formação.

A todos os bibliotecários e funcionários das bibliotecas visitadas, por me receberem e compartilharem comigo suas experiências.

A todos que, gentilmente, dispuseram-se a participar da pesquisa.

E, por fim, a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa.

Um livro sendo queimado é uma visão triste, muito triste, pois muito embora um livro nada mais seja senão tinta e papel, a sensação é de que as ideias contidas nele estão desaparecendo à medida que as páginas se transformam em cinzas.

Lemony Snicket.

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema censura e preconceitos em leitura a partir de uma revisão de literatura e estudo de caso das bibliotecas públicas de Goiânia. Foi definido como objetivo geral analisar a existência de possíveis evidências de censura e preconceitos em leitura ao longo da história, a partir de uma revisão de literatura e a forma como os preconceitos em leitura podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia na atualidade. E como objetivos específicos compreender conceitos de preconceitos em leitura e censura, verificar a manifestação de preconceitos em leitura e censura ao longo da história, identificar de que forma o preconceito em leitura ou censura podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia e verificar possíveis casos de preconceitos em leitura e censura nas Biblioteca Municipal Marietta Telles Machado, Biblioteca Municipal Cora Coralina e Biblioteca Estadual Pio Vargas. A metodologia adotada se baseia em uma pesquisa qualitativa exploratória, utilizando como procedimento técnico uma pesquisa bibliográfica em conjunto com um estudo de caso. A partir da análise desses dados, verificou-se que existem evidências de preconceitos em leitura e também censura de livros ao longo da história, entretanto, não houve indícios de preconceitos em leitura ou censura nas bibliotecas públicas durante o período da pesquisa. Entretanto, o estudo de caso precisaria ser mais profundo a partir de uma observação mais longa, bem como entrevistas com um maior número de usuários. Ao pesquisar sobre censura e preconceito, foi levantado outro problema, tão grave quanto a censura e o preconceito, que consiste na ausência de materiais no acervo das bibliotecas causado por uma falta de investimento vinda do poder público.

Palavras-chave: Preconceitos em leitura. Censura de livros. Bibliotecas públicas.

ABSTRACT

This research has as its theme censorship and prejudice in reading from a literature review and case study of the public libraries of Goiânia. It was defined as a general objective to analyze the existence of possible evidence of censorship and prejudice in reading throughout history, based on a literature review and the way in which prejudice in reading can manifest itself in public libraries in Goiânia today. And as specific objectives to understand concepts of prejudice in reading and censorship, verify the manifestation of prejudice in reading and censorship throughout history, identify how prejudice in reading or censorship can manifest itself in public libraries in Goiânia and verify possible cases of prejudices in reading and censorship in Marietta Telles Machado Municipal Library, Cora Coralina Municipal Library and Pio Vargas State Library. The adopted methodology is based on exploratory qualitative research, using bibliographical research together with a case study as a technical procedure. From the analysis of these data, it was verified that there is evidence of prejudice in reading and also censorship of books throughout history, however, there was no evidence of prejudice in reading or censorship in public libraries during the period of the research. However, the case study would need to be deeper from a longer observation, as well as interviews with a greater number of users. When researching censorship and prejudice, another problem was raised, as serious as censorship and prejudice, which consists of the absence of materials in library collections caused by a lack of investment from the public authorities.

Keywords: Reading prejudices. Book censorship. Public libraries.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas da pesquisa aplicadas aos objetivos específicos 19
Quadro 2 – Relação dos resultados do levantamento 33
Quadro 3 – Referências dos trabalhos encontrados no levantamento (Continua) 34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	Instituto Nacional do Livro
SCIELO	Biblioteca Eletrônica Científica Online
SEBP-GO	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de Goiás
SECULT	Secretaria da Cultura de Goiás
SNB	Serviço Nacional de Bibliotecas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TCC	Trabalhos de conclusão de curso
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
2 METODOLOGIA 17
2.1 COLETA DE DADOS 17
2.2 FASES DA COLETA DE DADOS 18
2.3 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS 19
2.3.1 Entrevista com os funcionários das bibliotecas 20
3 PRÁTICAS DE LEITURA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS 21
3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE LEITURA 21
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DE LEITURA 23
3.3 PRÁTICAS DE LEITURA NO BRASIL 26
4 CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS 29
4.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA 29
4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DE CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA 30
4.3 CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA: REVISÃO DE LITERATURA 32
5 BIBLIOTECAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS 40
5.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS 40
5.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS 42
5.3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL 43
5.4 BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA 44
6 CENSURA E PRECONCEITO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA: ANÁLISE DE DADOS 46
6.1 ANÁLISE DE DADOS DA ENTREVISTA 46
6.2 ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO DAS BIBLIOTECAS 62
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 63
REFERÊNCIAS 65
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 71
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS FUNCIONÁRIOS 74
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 75
ANEXO B – MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS 82

ANEXO C – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS (SECULT).....87

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre censura de livros é comum associar à queima de livros, mas a censura pode se manifestar de diferentes maneiras e, por vezes, até invisíveis. Isso se dá pois durante muito tempo acreditou-se em culturas mais evoluídas, superiores a outras, ocasionando resquícios que se perpetuam até os dias atuais.

É a partir desses resquícios que surgem os preconceitos ou imposição de censura que ditavam qual leitura é válida ou não. No Brasil, esse preconceito tem foco em gêneros literários como o romance e a história em quadrinhos. Conforme afirma Abreu (2000), até o século XIX, a leitura de romances era vista como um forte perigo para a moral, especialmente das mulheres.

Essa ideia se dava pois supunha-se que a leitura de romances ocasionava um contato com cenas reprováveis. Acreditava-se que eles corrompiam a inocência. No caso das histórias em quadrinhos, Vergueiro (2003) menciona que eram consideradas materiais de segunda ou terceira categoria, e com isso pais e educadores acreditavam que essas histórias representavam uma ameaça ao desenvolvimento intelectual de seus filhos e alunos.

Levando em consideração o conceito apresentado anteriormente, a presente pesquisa tem o intuito de responder à seguinte **problemática**: Existem evidências de preconceitos e/ou censura em leitura ao longo da história e de que forma esses preconceitos podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia atualmente? A **hipótese** a ser verificada neste estudo é a de que existem preconceitos em leitura e censura de livros ao longo da história os quais têm se manifestado nas bibliotecas públicas de Goiânia.

Para alcançar as respostas do problema de pesquisa, foi estabelecido como **objetivo geral** analisar a existência de possíveis evidências de censura e preconceitos em leitura ao longo da história, a partir de uma revisão de literatura e a forma como os preconceitos em leitura podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia na atualidade. E como **objetivos específicos**: compreender conceitos de preconceitos em leitura e censura; verificar a manifestação de preconceitos em leitura e censura ao longo da história; identificar de que forma o preconceito em leitura ou censura podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia; verificar possíveis casos de preconceitos em leitura e censura nessas bibliotecas.

A **justificativa** se deu a partir de um levantamento prévio de pesquisas anteriores, apresentada na revisão de literatura, na qual se teve a percepção de que há um limitado número de estudos e pesquisas atuais sobre o tema. À vista disso, este trabalho poderá servir de contribuição para a literatura e, além disso, servirá para atrair maior atenção acerca do tema e promover uma reflexão crítica tendo como base esse assunto. Considerando que ainda é comum

notícias de acervos sendo retirados de bibliotecas, como aconteceu com a biblioteca da Fundação Zumbi dos Palmares[1], que teve 300 obras excluídas de seu acervo; a exposição *Queermuseu*[2] – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, que teve seu encerramento adiantado; e a determinação feita pelo prefeito do Rio de Janeiro de retirar uma história em quadrinhos da Bienal do Livro[3] por incluir um beijo entre dois homens.

Tendo em vista a afirmação de Vergueiro (1987, p. 21) de que é "[...] inerente a todos os profissionais bibliotecários, [a tendência] de formar uma coleção de acordo com sua própria visão de mundo, não permitindo que dela façam parte obras que defendam pontos de vista que ele, pessoalmente, como cidadão, considera perniciosos", e considerando a segunda e a terceira lei de Ranganathan, que diz, respectivamente, a cada leitor o seu livro e para cada livro o seu leitor, é importante ressaltar que os preconceitos e a censura em leitura não devem ter espaço na biblioteca pública.

Apesar de o bibliotecário ter um papel importante de se certificar de que o preconceito em leitura não interfira em seu trabalho na biblioteca pela qual ele é responsável, tais preconceitos também podem se manifestar através de outros profissionais que atuam nesse ambiente, ou até mesmo através dos próprios usuários da biblioteca. E, além disso, outro pressuposto para esta pesquisa é a de que o preconceito pode se manifestar através da censura vinda do poder público, a qual é ligada a interesses de controle de informação, sendo imposto o que pode ou não ser lido (SANTOS, 2021).

O reconhecimento da importância da leitura na vida das pessoas, não importando o formato em que ela se apresenta, é importante, pois a leitura proporciona a liberdade de consciência. Para Dumont (2002, p. 5), "leitura é a relação dialógica entre o mundo do texto e o mundo do leitor", ou seja, consiste na atribuição de significados ao que está lendo.

A presente pesquisa faz parte do projeto "A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais", coordenado pela professora Andréa Pereira dos Santos e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer n.º 5.698.014.

---

1 https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/fundacao-palmares-censura-arquivos-sobre-marighella-e-mario-frias-comemora.shtml

2 https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html

3 https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marcelo-crivella-manda-censurar-gibis-dos-vingadores-na-bienal-do-livro-no-rio.shtml

A estrutura deste trabalho consiste na divisão do conteúdo entre sete capítulos, sendo eles: o presente capítulo, introdutório, no qual são apresentadas a delimitação do tema e a questão problema para esta pesquisa, em seguida, são apresentados os objetivos gerais e específicos e, por fim, sua justificativa.

O segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, no qual ele é delimitado como pesquisa qualitativa, de natureza básica, exploratória, sendo definidos como instrumentos para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e a observação.

No terceiro capítulo, há uma abordagem das concepções teóricas e conceituais das práticas de leitura através de conceitos de diferentes autores, tais como Chartier (1998, 2000, 2001, 2012), Martins (1994), Goulemot (2011), Manguel (1997), entre outros. Em seguida é apresentada as concepções históricas da leitura, seu histórico no Brasil e, por último, seu histórico em Goiânia.

O quarto capítulo expõe os aspectos conceituais e históricos dos preconceitos em leitura e censura, através de autores como Vergueiro (1987, 1989), Otero (2003) Fischer (2006), Fromming (2014), entre outros. Logo após, é apresentado o levantamento da literatura, feita em diversas bases de dados, tendo como tema da busca assuntos como censura e preconceitos em leitura nas bibliotecas.

O quinto capítulo traz os aspectos conceituais e históricos das bibliotecas públicas, passando pelo seu histórico geral, em seguida o seu histórico no Brasil e, então, o seu histórico em Goiânia, em que é apresentada a história das bibliotecas selecionadas como objeto da pesquisa. Tais aspectos são apresentados a partir de autores como Fonseca (2007), Milanesi (1995), Suaiden (1980), entre outros.

O sexto capítulo divulga a análise de dados obtidos através da metodologia definida para a pesquisa. Nela, foi possível observar que existem evidências de preconceitos em leitura e censura de livros ao longo da história, entretanto, não houve indícios de preconceitos em leitura ou censura nas bibliotecas públicas durante o período da pesquisa.

E, por fim, no sétimo capítulo estão as considerações finais, em que é apresentada uma reflexão a partir dos resultados obtidos no capítulo anterior de forma a concluir as ideias retratadas no decorrer do trabalho.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é um processo fundamental, através da qual o conhecimento é gerado (SEVERINO, 2007). E para que seus objetivos sejam atingidos, é necessário empregar na investigação um "conjunto de processos ou operações mentais", o qual Prodanov e Freitas (2013, p. 24) nomeiam de método científico.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, o método estabelecido caracteriza-se no raciocínio indutivo, método esse que Severino (2007, p. 89) define como "[...] um processo de generalização pelo qual o cientista passa do particular para o universal". Essa generalização é feita por meio da observação e da experimentação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Qualifica-se esta pesquisa com enfoque qualitativo, baseando-se na afirmação de Prodanov e Freitas (2013, p. 70), que consideram a pesquisa qualitativa "uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números" e, portanto, não exige o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Por se tratar de uma pesquisa com o objetivo de gerar conhecimentos novos e úteis, porém sem aplicação prática prevista (PRODANOV; FREITAS, 2013), qualifica-se como pesquisa de natureza básica.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa se constitui em exploratória, pois, segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória visa a proporcionar maior familiaridade com o problema e tem objetivo de torná-lo explícito e construir hipóteses.

Depois de ser definida a metodologia do trabalho, os sujeitos de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados, o projeto de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa como parte do projeto guarda-chuva "A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais", coordenado pela professora Andréa Pereira dos Santos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer n.º 5.698.014, que pode ser encontrado no Anexo A.

2.1 COLETA DE DADOS

Prodanov e Freitas (2013, p. 54) consideram os procedimentos técnicos como "a maneira pela qual obtemos os dados necessários para a elaboração da pesquisa". Com base nisso, foram estabelecidos dois procedimentos técnicos utilizados para a coleta de dados. O

primeiro consistiu em uma pesquisa bibliográfica, a qual se realizou a partir de registros disponíveis decorrentes de pesquisas anteriores (SEVERINO, 2014). Complementando, Prodanov e Freitas (2013, p. 54) descrevem a pesquisa bibliográfica como sendo:

> [...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

O segundo procedimento técnico consistiu no estudo de caso, o qual Gil (2002, p. 54) define como o "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos". Prodanov e Freitas (2013, p. 60) afirmam também que o estudo de caso "consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa".

Tendo como base o artigo escrito por Vergueiro (1987), observa-se que os bibliotecários brasileiros não estão totalmente preparados para identificar o preconceito em leitura, que pode se transformar em práticas de censura e autocensura através da seleção de materiais para as bibliotecas.

A partir disso, define-se os sujeitos de pesquisa que o presente estudo pretende retratar como: o poder público, os usuários, os bibliotecários e os demais servidores das bibliotecas públicas de Goiânia. Sendo elas: Biblioteca Municipal Marietta Telles Machado, que conta com uma média de 10 usuário por dia; Biblioteca Municipal Cora Coralina, que conta com uma média de 40 usuários por dia; e Biblioteca Estadual Pio Vargas, que conta com uma média de 80 usuários por dia. As bibliotecas possuem um perfil de usuário diverso, contendo desde crianças até idosos.

2.2 FASES DA COLETA DE DADOS

A coleta de dados para a realização da pesquisa compreendeu-se em quatro partes: a primeira parte consistiu na revisão de literatura, trazendo um levantamento de pesquisas feitas dentro do tema censura e preconceitos em leitura nas bibliotecas públicas. A segunda etapa consistiu na realização de uma entrevista estruturada com os bibliotecários e os funcionários das bibliotecas participantes. A terceira etapa, feita concomitante às outras etapas, consistiu na observação das bibliotecas e de seus usuários, feita pela autora. E, por fim, a quarta etapa consistiu na análise e na interpretação dos dados resultantes das etapas anteriores.

Para melhor entendimento de como as etapas aplicam-se aos objetivos específicos definidos para a pesquisa, foi elaborado um quadro, que pode ser observado a seguir.

Quadro 1 – Etapas da pesquisa aplicadas aos objetivos específicos

Objetivos específicos	Etapas da pesquisa
Compreender conceitos de preconceitos em leitura e censura.	Através de pesquisa bibliográfica.
Verificar a manifestação de preconceitos em leitura e censura ao longo da história.	Através de pesquisa bibliográfica.
Identificar de que forma o preconceito em leitura ou censura podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia.	Através da análise e interpretação dos resultados obtidos pela entrevista e observação.
Verificar possíveis casos de preconceitos em leitura e censura nas bibliotecas públicas de Goiânia.	Através da análise e interpretação dos resultados obtidos pela entrevista e observação.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dessa forma, a pesquisa buscou possibilitar a coleta, a análise e a interpretação dos dados de forma clara, em que "devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados" (SEVERINO, 2007, p. 103), para assim alcançar um resultado que responda ao problema definido para a pesquisa.

2.3 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Visto que a pesquisa foi definida como estudo de caso, os instrumentos utilizados para a coleta de dados consistiram em uma entrevista estruturada, pois segue um roteiro preestabelecido, elaborado com antecedência (PRODANOV; FREITAS, 2013). Essa entrevista foi realizada com os bibliotecários e os demais funcionários de cada biblioteca foco do estudo.

Além da entrevista, este estudo contou também com a observação dos usuários das bibliotecas públicas, a qual Severino (2007) define como um procedimento que proporciona o acesso aos fenômenos focos de estudo, sendo considerada uma etapa imprescindível para qualquer tipo de pesquisa.

2.3.1 Entrevista com os funcionários das bibliotecas

O primeiro passo para a coleta de dados foi entrar em contato com as bibliotecas públicas de Goiânia para informar os detalhes da pesquisa e, então, marcar um dia para realizar as entrevistas com os funcionários das bibliotecas.

O roteiro de entrevista aplicado para esta pesquisa é composto por 14 perguntas, agrupadas em três tópicos gerais: o primeiro tópico buscou obter informações acerca da conceituação de leitura; o segundo tópico buscou obter informações acerca do acervo da biblioteca, e o terceiro tópico buscou obter informações acerca da política de desenvolvimento da biblioteca. O roteiro da entrevista pode ser encontrado no Apêndice B.

Por fim, as entrevistas foram feitas de modo presencial, em um dia previamente combinado com a biblioteca e realizado através do roteiro de perguntas. Com a permissão das pessoas entrevistadas, as respostas foram gravadas e posteriormente transcritas. E para as entrevistas em que não houve a permissão de gravar, as respostas foram anotadas manualmente.

3 PRÁTICAS DE LEITURA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Para uma compreensão mais aprofundada do tema proposto para este estudo, esta seção aborda os aspectos conceituais da leitura a partir de autores como: Freire (2001), Chartier (2012), Martins (1994), Santaella (2004), Goulemot (2011), Failla (2021) e Rosendo (2021). Além disso, serão apresentados os aspectos históricos através de autores como Chartier (1998, 2000, 2001), Goulemot (2011), Manguel (1997), Santos (2021), Lajolo e Zilberman (2009) e Abreu (2007). A partir disso, será exibido o desenvolvimento histórico da leitura de um modo geral, passando pelo seu desenvolvimento no Brasil e, por fim, de um modo mais específico, o seu desenvolvimento em Goiânia.

3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE LEITURA

Ao afirmar que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra [...]", Freire (2001, p. 9) alega que o ato de aprender a ler é, primeiramente, compreender o mundo de forma dinâmica pelo seu contexto e não uma manipulação de forma mecânica da palavra. Um processo no qual a linguagem e a realidade são interligadas de maneira dinâmica. E com isso, ao alcançar a compreensão do texto através de uma leitura crítica, pressupõe-se a percepção da relação entre o texto e o contexto (FREIRE, 2001). Essa ideia é compartilhada por Goulemot (2011), ao dizer não acreditar que exista uma leitura em que não haja referência exterior a ela, sendo denominada como "leitura ingênua".

Goulemot (2011, p. 108) afirma também que "ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências". Essa noção de leitura se assemelha à noção apresentada por Martins (1994), o qual diz que para acontecer a leitura não basta apenas decifrar os sinais de maneira mecânica sem ter ligação imediata a alguma experiência, alguma fantasia ou alguma necessidade nossa. É necessário haver um sentido, que ocorre "quando começamos a organizar os conhecimentos adquiridos, a partir das situações que a realidade impõe e da nossa atuação nela; quando começamos a estabelecer relações entre as experiências e a tentar resolver os problemas que se nos apresentam" (MARTINS, 1994, p. 17).

Considerando as definições acima, podemos afirmar que a leitura se realiza a partir do

> [...] diálogo do leitor como o objeto lido – seja escrito, sonoro, seja gesto, uma imagem, um acontecimento. Esse diálogo é referenciado por um tempo e um espaço, uma situação, desenvolvido de acordo com os desafios e as respostas que o objeto apresenta, em função de expectativas e necessidades, do prazer

> das descobertas e do reconhecimento de vivências do leitor (MARTINS, 1994, p. 33).

E por não se restringir somente à decifração de letras, o ato de ler engloba tanto as relações entre palavra e imagem quanto desenho e tamanho de tipos gráficos, abrange também as relações entre texto e diagramação (SANTAELLA, 2004).

É fato que a leitura é uma importante ferramenta responsável por adquirir conhecimento. Failla (2021) a considera como a ferramenta principal tanto para a aprendizagem quanto para uma educação de qualidade e para a plena cidadania. Considera também a leitura uma condição essencial para o desenvolvimento humano e social de uma nação. A partir disso, podemos então considerar que a leitura é libertadora, transformadora, e possibilita a compreensão do mundo. "Promove o protagonismo no acesso ao conhecimento e à cultura. Ela transforma, informa, emociona e humaniza. Ela nos aproxima do que é humano em diferentes tempos, lugares, sentidos, culturas e sentimentos" (FAILLA, 2021, p. 22). Para destacar a importância da leitura, Failla (2021) menciona ser possível afirmar que, em relação a um repositório de atividades sociais, culturais e esportivas, os leitores têm um desempenho com maior frequência e bem mais diversificado do que os não leitores.

A pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" considera leitor "aquele que leu, inteiro ou em parte, pelo menos um livro nos três meses anteriores à pesquisa", e considera não leitor "aquele que declarou não ter lido nenhum livro nos três meses anteriores à pesquisa, mesmo que tenha lido nos 12 meses anteriores à pesquisa" (ROSENDO, 2021, p. 162). Os resultados da 5ª edição da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", realizada em 2019, mostra que 48% dos brasileiros não são leitores.

Entretanto, Chartier (2012) faz uma crítica a essa concepção de leitor referente a pesquisas como "Retratos da Leitura":

> Em primeiro lugar, me parece que o ato de ler não se trata necessariamente de ler livros. Essas pesquisas que perguntam às pessoas se elas leem livros estão sempre ignorando que a leitura é muito mais do que ler livros. Basta ver em todos os comportamentos da sociedade que a leitura é uma prática fundamental e disseminada. Isso inclui a leitura dos livros, mas muita gente diz que não lê livros e de fato está lendo objetos impressos que poderiam ser considerados [jornais, revistas, revistas em quadrinhos, entre outras publicações]. Não devemos ser pessimistas, o que se deve pensar é que a prática da leitura é mais frequente, importante e necessária do que poderia indicar uma pesquisa sobre o número de livros lidos.

Através dessa afirmação, é possível perceber que é importante entender as diversas formas de leituras e seus diversos suportes, sendo elas livros, revistas, jornais ou histórias em quadrinhos. É importante também a reflexão sobre os prejuízos que os preconceitos em leitura são capazes de causar na formação leitora de uma pessoa, sendo esse preconceito voltado tanto para a questão da forma da leitura realizada quanto para o suporte utilizado para fazê-la.

Em um país com índices tão baixos de leitura, essas barreiras criadas pelos preconceitos em leitura podem trazer prejuízos enormes tanto para pessoas com baixo índice de leitura quanto para as que já têm a prática de leitura estabelecida.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DE LEITURA

A história da leitura é marcada por uma série de rupturas que se sucedem (GOULEMOT, 2011, p. 113). Sob o mesmo ponto de vista, Chartier (2001, p. 37) apresenta a "[...] existência de distintas linhas de transformações", as quais são referidas como revoluções da leitura. Contudo, é importante a compreensão de que essas transformações ocorreram de forma lenta e coexistiram por muito tempo.

Uma importante transformação é o surgimento de um novo formato de livro, que se dá a partir do século II d.C. (CHARTIER, 2001). O formato usado até então era o rolo, que Chartier (1998, p. 24) define como "uma longa faixa de papiro ou de pergaminho que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la. Ele faz aparecer trechos distribuídos em colunas". Em seguida, passaram a usar o formato de códice, que era feito de um material mais durável, e esse formato novo é descrito por Chartier (1998, p. 7) como "[...] objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação". As páginas do códice podiam ser numeradas e isso permitia ao leitor fácil acesso às seções (MANGUEL, 1997). É possível afirmar que a transformação ocorrida com o formato do livro influenciou muito nas práticas de leitura realizadas na época. Com o novo formato de livro, a prática de leitura tornou-se mais livre, possibilitando uma leitura mais prática na qual era possível realizar anotações durante a leitura.

Posteriormente, durante a Idade Média, surge a leitura silenciosa. Essa ruptura, igualmente importante, consiste em um processo demorado o qual leva um número gradativo de leitores a sair de uma prática de leitura, em que era indispensável para a compreensão de seu significado que fosse feita de forma oral, para uma prática de leitura visual e feita de forma puramente silenciosa (CHARTIER, 2000). Em vista disso, é possível considerar que, levando

em conta essa mudança, o leitor se torna livre da necessidade de uma leitura feita em voz alta para se entender o que é lido, possibilitando assim um relacionamento com a leitura mais livre e reservado, de forma que pudesse ler obras de forma mais rápida e dificultando a interferência da censura. Além disso, a leitura silenciosa possibilita ao leitor estabelecer uma relação com o livro e as palavras em que não há restrições.

> As palavras não precisavam mais ocupar o tempo exigido para pronunciá-las. Podiam existir em um espaço interior, passando rapidamente ou apenas se insinuando plenamente decifradas ou ditas pela metade, enquanto os pensamentos do leitor as inspecionavam à vontade, retirando novas noções delas, permitindo comparações de memória com outros livros deixados abertos para consulta simultânea. O leitor tinha tempo para considerar e reconsiderar as preciosas palavras cujos sons – ele sabia agora – podiam ecoar tanto dentro como fora. E o próprio texto, protegido de estranhos por suas capas, tornava-se posse do leitor, conhecimento íntimo do leitor, fosse na azáfama do scriptorium, no mercado ou em casa (MANGUEL, 1997, p. 71).

Da prática de uso do manuscrito, passa-se então à prática de uma técnica baseada na composição dos tipos móveis e na impressão com a prensa. De certo modo, pode-se perceber que o uso desses tipos móveis já era comum nas civilizações asiáticas bem antes de sua popularização no Ocidente. Chartier (2000) menciona que na China, desde o século XI, já se usava o tipo móvel em terracota. Já no início do século XIII, também na China, eram usados os caracteres de madeira, ao mesmo tempo que eram usados caracteres de metal para a impressão de textos coreanos. Com isso, é possível perceber que as transformações ocorreram de forma lenta, em que a evolução de uma prática para outra leva um longo período para ser estabelecida.

Apesar disso, o uso do tipo para a impressão continuou a ser realizado de forma limitada, era reservada a certos gêneros de trabalhos, por exemplo, trabalhos religiosos e clássicos, textos oficiais e livros escolares (CHARTIER, 2000). Por conseguinte, a técnica de prensa inventada por Gutenberg se popularizou. Essa popularização se deu quando Gutenberg "[...] percebeu que se poderia ganhar em rapidez e eficiência se as letras do alfabeto fossem cortadas na forma de tipos reutilizáveis, e não como os blocos de xilogravura que eram usados ocasionalmente para imprimir ilustrações" (MANGUEL, 1997, p. 160).

Desse modo, com a invenção da prensa por Gutenberg tornou-se possível a reprodução de textos com grande número de cópias, transformando, assim, as condições de transmissão e recepção de livros. Isso é confirmado com a afirmação de Chartier (2000), ao dizer que, apesar de a impressão ter reduzido de forma drástica o custo por cópias da produção de um livro, também reduziu o tempo preciso para a produção de um livro, tempo esse que, na época do manuscrito, era extenso.

Como consequência de uma produção rápida e barata, o livro passa a ser visto como mercadoria, porém o mercado passa a ser composto por uma quantidade maior de pessoas que podiam comprar exemplares para ler em particular. E dessa forma, como aponta Chartier (2000, p. 26), “novas categorias de leitores (mulheres, crianças, trabalhadores) foram apresentadas à cultura impressa e, ao mesmo tempo, a industrialização da produção de impressos trouxe novos materiais e modelos para a leitura”. Perante o exposto, pode-se apontar que essas novas categorias de leitores e novos modelos de leitura fogem do modelo definido por “ideal”, discutido no decorrer do presente trabalho.

Santos (2021) acrescenta também a ligação da história da leitura com os aspectos religiosos, sobretudo a Igreja Católica, que possuía o poder de armazenamento e a guarda da informação. E apesar de ter desempenhado um importante papel na história da leitura, também promoveu a censura de diversas obras, as quais eram consideradas heréticas. Esse aspecto da censura desempenhada pela Igreja Católica é discutido com mais detalhe no capítulo seis do presente trabalho, no qual é possível perceber como a leitura pode estar relacionada com a censura.

Atualmente, as revoluções continuam acontecendo. Uma transformação de fundamental importância é a passagem dos textos no livro impresso para a tela do computador. Chartier (2000) considera uma mudança tão grande quanto a passagem do rolo para o códex. Uma das vantagens dos dispositivos utilizados hoje para a leitura é que permitem maior conforto ao leitor, possibilitam marcações dentro do livro e, até mesmo, o seu compartilhamento (SANTOS, 2021).

Entretanto, Chartier, Santos e Dumont (2022, p. 40) evidenciam que “[...] o mundo digital favorece outra leitura: a apressurada, que deseja chegar o mais rápido possível à conclusão da análise e ao desenlace da narração”. Dessa forma, pode-se entender que com o mundo digital a leitura passa por modificações, algumas delas são uma leitura de textos mais rápidos, fragmentados, podendo citar também a leitura de diferentes textos além do livro.

Com isso, percebe-se que esse conjunto de transformações que ocorreram e ainda ocorrem nos dias de hoje são grandes responsáveis por gerar e incentivar mudanças de diversas dimensões na prática de leitura. Essas mudanças podem levar ao surgimento de novas práticas de leitura, ao desenvolvimento de novos gêneros textuais e até mesmo transformações do formato usado para a leitura.

Um exemplo de transformação que pode ocorrer no formato usado para a leitura é a leitura digital realizada através de um aparelho eletrônico nomeado *kindle*, aparelho muito popular nos últimos anos e que atrai diversos tipos de leitores.

É possível observar que essas transformações são consequências naturais da evolução da estrutura da sociedade. Essas novas formas de leitura realizadas de forma digital podem trazer mudanças tanto positivas quanto negativas para as práticas de leitura. Nesse sentido, os estudos feitos sobre essas transformações são muito importantes para trazer novas reflexões, ou aprofundar reflexões já existentes abordando esse assunto.

3.3 PRÁTICAS DE LEITURA NO BRASIL

De acordo com Lajolo e Zilberman (2009, p. 28), "só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passou a exibir alguns traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora". Acrescentam também que eram presentes, como mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, tipografias, livrarias, bibliotecas e a escolarização, que apesar de precária, visava à melhoria. Com essa afirmação, é possível perceber que era considerado como requisito para a formação de uma sociedade leitora que houvesse acesso à boa formação escolar e lugares de circulação de literatura, por exemplo, bibliotecas e livrarias.

Abreu (2007) faz uma crítica a essa ideia tida pelos viajantes que acreditavam na existência de uma carência intelectual do país. Assim, é possível notar que a prática de leitura no Brasil não era considerada consistente. Essa ideia pode ter se originado por entender-se que, além do acesso à informação, a educação é um dos aspectos fundamentais para estabelecer a prática da leitura. Porém, é possível supor que a ideia de leitura considerada como ideal para esses viajantes eram leituras que requeriam mais estudo.

Lajolo e Zilberman (2009, p. 122) apontam como motivo do atraso no desenvolvimento da imprensa no Brasil o alvará de 20 de março de 1720, "impedindo a instalação na colônia de manufaturas, inclusive as dedicadas às 'letras impressas'". Dessa forma, é possível entender que, como consequência dos diversos impedimentos para desenvolver a imprensa no Brasil, há certa dificuldade quanto à disseminação de práticas de leitura mais intensas e consistentes.

Essa realidade, todavia, é alterada com a chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro. Isso se deu porque houve um crescimento e a diversificação da vida cultural da cidade a partir da "instalação de livreiros e negociantes estrangeiros, de bibliotecas, teatros e, sobretudo, pelo início do funcionamento da primeira casa impressora no Brasil: a Impressão Régia do Rio de Janeiro, em operação a partir de 1808" (ABREU, 2007, p. 166), causando também impulso no mercado livreiro do país. Portanto, pode-se afirmar que essa disseminação das práticas de leitura ocorre como consequência da diversificação da vida cultural da cidade.

Entretanto, o início da imprensa era marcado pela ação da censura governamental, a qual só foi abolida a partir de 1821, como consequência da Constituição imposta a Dom João, após a Revolução do Porto, como sugere Lajolo e Zilberman (2009). Como resultado disso, possibilitou o funcionamento de outras tipografias, algumas delas são: a Imprensa do Diário; a Oficina de Silva Poro & C; a Tipografia de Santos e Sousa, ou Oficina dos Anais Fluminentes; a Tipografia de Inocêncio Francisco Torres & Costa.

Com o aumento das oportunidades de leitura devido às transformações do comércio livreiro no país, Lajolo e Zilberman (2009) apontam mudanças estruturais no âmbito literário com o objetivo de se adaptarem ao novo público, tal qual o surgimento de novos gêneros literários, qualificados como "mais prosaicos". Em suma, é possível entender que, com o desenvolvimento do mercado livreiro, surgiram diversas mudanças a respeito dos livros, uma das quais é o surgimento de diferentes gêneros literários.

Outra mudança necessária de mencionar é o enfraquecimento do emprego de expressões elevadas. Esse enfraquecimento pôde ser percebido com o surgimento da *Bibliothèque Bleue*, termo em francês para biblioteca azul dado para impressões que produziam livros com um formato menor, materiais mais baratos e com a linguagem reduzida. Esses livros eram vendidos com uma capa de papel azul e, devido a isso, ficaram conhecidos como *livres bleus*, ou livros azuis e com isso permitiam acesso mais fácil à cultura escrita (CHARTIER, 1998).

Essas mudanças também ocorrem em consequência da elevação do público feminino. Essa emersão se deu como efeito de um projeto educacional do século XIX, o qual promovia, mesmo que marginalmente, a instrução da mulher (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009). Em vista disso, há um aumento de obras em prosa, que, ainda de acordo com as autoras, caracterizam como "[...] de consumo mais fácil que os textos em versos [...]". Surgem também gêneros originais como o romance e o folhetim, nos quais são priorizados enredos romanescos e de aventuras e "[...] valoriza-se a personagem feminina quanto protagonista de grandes amores".

Abreu (2007) acrescenta que essas obras eram pouco consideradas pelos letrados, isso se dá pela desqualificação da leitura feminina, pois acreditava-se que a mulher não lia o que era tido como "grande literatura". Portanto, o romance, estilo comum entre as mulheres, não poderia ser considerado grande literatura. Da mesma maneira, "ela era tida como menor por não estar prevista em Poéticas ou em Retóricas e por ser destinada a amplos públicos leitores, que não possuíam as referências eruditas e não compartilhavam de seus critérios de avaliação". Enfatizando que "[...] o problema não parece ser de desinteresse pela leitura, mas, ao contrário, de interesse por um tipo particular de leitura" (ABREU, 2007, p. 172). Em vista disso, é possível perceber que havia ideias pré-concebidas do que seriam leituras consideradas adequadas.

Essas preconcepções do que é considerada leitura adequada ou ideal e do que não é denomina-se como preconceitos em leitura. Para entender melhor o que são preconceitos em leitura, o capítulo a seguir busca apresentar definições dadas por diferentes autores.

4 CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Este capítulo busca compreender conceitos de censura e preconceitos em leitura através de autores como: Vergueiro (1987, 1989), Otero (2003) e Santos (2021). Além disso, busca apresentar os aspectos históricos da censura e de que forma a censura e os preconceitos em leitura se manifestaram no Brasil. Esses conceitos serão apresentados através de autores como: Fischer (2006), Manguel (1997), Fromming (2014) e Otero (2003). Por fim, será apresentada a revisão de literatura feita com o objetivo de fazer um levantamento de trabalhos publicados anteriormente e que tenham esse assunto como tema.

4.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA

Para entender melhor o que é censura, Vergueiro (1987) apresenta a etimologia ao dizer que a palavra censura se origina do latim *censere*, que significa "ter acesso". A partir disso, pode-se dizer que a censura é uma forma de controlar a sociedade e o conhecimento consumido por ela, com o objetivo de preservar o poder.

Essa ideia pode ser vista também em discussões apresentadas por Otero (2003, p. 26), ao afirmar que "censura é a forma institucionalizada de controlar a expressão de ideais, opiniões e conceitos que possam afetar o poder político, econômico ou a moral social". Ou seja, a censura também pode ser o controle do que as pessoas de uma determinada sociedade podem expressar de suas opiniões, de modo que isso não afete negativamente o poder político, econômico da sociedade.

Santos (2021) discute a diferença entre censura e preconceito em leitura de forma que, em relação à leitura, a censura é a proibição de textos que vão contra os princípios ideológicos dominantes. Enquanto o preconceito, quando relacionado à leitura, diz respeito a uma atitude de coibição de algum tipo de leitura, mesmo que não haja forma de proibição. A partir disso, pode-se considerar que o preconceito em leitura pode influenciar ou até induzir a algum tipo de censura de livros.

Otero (2003) explica a censura como sendo uma manifestação dividida entre dois formatos, sendo eles a censura prévia e a censura repressiva. A censura prévia, também podendo ser nomeada como preventiva, é realizada antes de publicar o material ou antes da difusão das ideias. Já a censura repressiva é realizada depois da publicação do material ou da divulgação das ideias.

Já Vergueiro (1989) classifica a censura entre legal ou governamental, pressão individual ou de grupo e autocensura, essa última considerada por ele como o tipo mais complexo de se lidar, pois para se tornar censura propriamente dita é uma linha muito tênue. Desse modo, com base nas definições apresentadas anteriormente pode-se dizer que a censura e o preconceito em leitura são situações que foram usadas através de formatos diversos para controlar as práticas de leitura durante a história.

A censura tinha como principal objetivo proibir que pessoas lessem e aprendessem conteúdos que eram considerados ameaças ao poder ou à "moral". Entretanto, é extremamente necessário refletir e perceber que a leitura, seja ela qual for, tem a capacidade de gerar conhecimento e que, portanto, não existe uma leitura melhor do que a outra.

4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DE CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA

É certo afirmar que a história da leitura é composta por diversos relatos de censura. A perseguição dos livros e, consequentemente, a perseguição do conhecimento era acompanhada também da destruição desses livros. Muitos desses relatos de destruição estão relacionados à queima de livros considerados como imorais.

Como exemplo de destruição de livros há situações como: as obras de Protágoras queimadas no ano de 411 a. C., e a queima de livros feita no ano de 213 a.C. pelo imperador chinês Chi Huang-Ti com o objetivo de acabar com a leitura em seu reino (MANGUEL, 1997). De acordo com Fromming (2014, p. 25),

> [...] esse ato de banir o distinto teve início provavelmente antes das primeiras manifestações orais, continuando nas pinturas rupestres e nos primeiros livros em pedras e argila. Não poupou papiros, pergaminhos e outros artefatos de manifestação escrita ou artística. E depois do advento do papel, a censura avultou-se, pois já estava incorporada à humanidade, e a destruição apenas continuou. [...].

A partir dessas afirmações, é possível perceber que, como mencionado no tópico anterior, essas censuras eram realizadas com o objetivo de controlar a leitura das comunidades inseridas nesse contexto, e, além disso, controlar o conhecimento disseminado por essas pessoas.

Além dessas situações apresentadas, uma das situações mais referenciadas e de grande importância de se mencionar é a queima de livros considerados nocivos pelo regime nazista. Essa queima foi realizada no dia 10 de maio de 1933, em Berlim. Ademais, outras queimas

ocorreram nas semanas que se seguiram, resultando na destruição de mais de 20 mil livros. Entre estes, estavam obras de autores como Freud, Steinbeck, Marx, Hemingway, Einstein, H. G. Wells e muitos outros (MANGUEL, 1997).

Em algumas situações, a destruição dos livros era acompanhada pela perseguição das pessoas que os escreviam, ou até mesmo das pessoas que liam essas obras. Um exemplo disso é o censor Anthony Comstock, fundador do primeiro conselho de censura dos Estados Unidos. Segundo Manguel (1997), "O fervor de Comstock foi também responsável no mínimo por quinze suicídios". Dessa forma, fica claro que a censura, por vezes silenciosa, também pode se manifestar de forma violenta.

Sob o mesmo ponto de vista, Fischer (2006) afirma que, geralmente, a censura consiste na proibição de uma doutrina considerada indevida e suspender ou substituir qualquer pessoa que a dissemine. E, em vista disso, pode ser realizada não só a partir de proibições e restrições, mas também por meios de medidas como reedição e exclusão, ou até denúncia de forma pública. Ainda segundo o autor, essas medidas surgiram através da Igreja Católica.

Com isso dito, é possível apontar que, sem dúvidas, a Igreja Católica também foi uma das responsáveis por diversos casos de censura, publicando a primeira versão do Índice dos livros proibidos, o qual era uma lista de títulos considerados contrários aos ideais da moral cristã (MANGUEL, 1997). Esse fato é outro exemplo de como a censura pode usar meios violentos para a proibição de livros julgados como prejudiciais aos ideais impostos pelo censor. De acordo com Fischer (2006), essas listas eram usadas com frequência e, por vezes, forçando os autores desses livros ao exílio.

Apesar de encontrar vários casos de censura onde a Igreja Católica tenha grande contribuição, também foram encontrados relatos de casos onde há o envolvimento de outras religiões. Um caso que pode ser mencionado se refere a perseguição de textos budista realizada principalmente durante os anos 446 e 452, por neo-confucianos, na China (BÁEZ, 2006). Neste período, foram destruídas milhares de obras e templos budistas.

Além disso, Báez (2006) menciona também a destruição do Templo de Jerusalém, que ocorreu no ano 70. Ainda segundo o autor, tal destruição foi realizada pelos romanos, visando reprimir o orgulho judaico, e junto com o templo de Jerusalém, foram destruídos cerca de centenas de textos judaicos.

Já no Brasil também há registros de censuras tão grandes quanto as mencionadas anteriormente. Um desses casos ocorreu entre o período de 1965 até 1980, denominado como Ditadura Militar, a qual teve início no ano de 1964 com um golpe militar realizado com a participação de um conjunto de poderes e interesses que, segundo o portal Memórias da

Ditadura (2022), era composto por “grande empresariado brasileiro, por latifundiários – proprietários de grandes parcelas de terras, e por empresas estrangeiras instaladas no país, sobretudo aquelas ligadas ao setor automobilístico”. Além disso, ainda segundo o portal, contou com a adesão de grande parte dos oficiais das Forças Armadas.

A censura durante esse período ocorreu principalmente através dos vetos e proibições por parte do Ministério da Justiça e do incentivo, patrocínio e subsídio à indústria editorial vindo do Ministério da Educação e Cultura (OTERO, 2003). Em vista dos conceitos baseados em Otero (2003), apresentados no tópico anterior, essas censuras através de vetos podem ser consideradas como censura preventiva, e as proibições podendo ser consideradas como repressivas.

Já com base nos conceitos de Vergueiro (1989) apresentados no tópico anterior, os vetos e proibições que partiram do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação e Cultura podem ser classificados como censura legal ou governamental.

Como foi visto neste capítulo, a censura se fez presente de diversas formas durante a história da leitura. Entretanto, é necessário ter consciência de que a censura não permaneceu somente nos relatos de tempos antigos, ela ainda está presente nos dias atuais e é necessário um olhar crítico constante.

4.3 CENSURA E PRECONCEITOS EM LEITURA: REVISÃO DE LITERATURA

A fim de contextualizar o tema proposto a este estudo, realizou-se o levantamento da literatura sobre preconceitos e censura em leitura e as diversas abordagens realizadas nesses estudos. Segundo Prodanov e Freitas (2013), essa contextualização através da revisão de literatura tem papel fundamental no trabalho acadêmico.

Para a realização da pesquisa, foram selecionadas as seguintes bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Repositório da Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O critério de escolha das bases de dados selecionadas para o levantamento foi executado tendo como base a relevância e a importância que elas têm para pesquisas no mundo acadêmico. Essa seleção se deu também com base no uso da ferramenta de pesquisa e sua capacidade de filtrar os resultados.

Quanto aos termos de busca, foram utilizadas combinações das seguintes palavras-chave em português: preconceitos e leitura, censura e leitura, censura e livros e censura e biblioteca. Esses termos foram combinados através da ferramenta de pesquisa avançada de cada uma das bases. Não foi utilizado como critério de busca um espaço temporal para os resultados obtidos.

Os resultados obtidos com as pesquisas foram coletados e, após análise, foram tabelados os documentos considerados condizentes com o objetivo da pesquisa. Após o levantamento, foram recuperados ao todo 27 documentos, sendo eles: 10 trabalhos de conclusão de curso (TCC), uma dissertação, cinco teses e 11 artigos. É possível visualizar a relação dos resultados obtidos na pesquisa no quadro a seguir.

Quadro 2 – Relação dos resultados do levantamento

Repositórios	Artigo científico	TCC	Tese	Dissertação
SciELO	4	0	0	0
BDTD	0	0	5	1
CAPES	7	0	0	0
Repositório UFG	0	3	0	0
Repositório UFRGS	0	7	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Após o levantamento dos trabalhos, foi realizada a análise de suas referências. Ao analisá-las, foi observada a presença de trabalhos com conteúdo que poderiam se enquadrar nos objetivos definidos para a presente pesquisa. Em vista disso, depois de fazer a análise do conteúdo presente em cada trabalho, os documentos constatados que realmente se enquadravam na pesquisa foram incluídos na lista dos trabalhos selecionados. Os livros encontrados foram: *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*, *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)* e *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*.

Foram encontrados também: um capítulo de livro, com o título *Espaço, leituras fragmentadas: construção de leitores e preconceitos em leitura*, presente no *e-book Leitura, espaço e sujeito* disponibilizado no site do projeto Café com Leitura; um capítulo de livro, com o título *Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura*, disponível no livro *Ler e navegar*;

e por fim, um capítulo de livro intitulado *Práticas de leitura: censura e preconceito nos meandros da história* disponível no livro *Leitor, leitura e seus contextos: livro de estudos*.

No quadro a seguir, são apresentadas as referências de todos os documentos encontrados durante o levantamento, seguida do tipo de documento.

Quadro 3 – Referências dos trabalhos encontrados no levantamento

Referência	Tipo
ABREU, Márcia. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. *In*: MARINHO, Marildes (org.) **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 139-157.	Capítulo de livro
ARAÚJO, Vitor Paiva Machado Martins de. **Preconceitos de leitura na telenovela**: um estudo sobre Avenida Brasil. Orientador: Andréa Pereira dos Santos. 2017. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/14148. Acesso em: 29 jul. 2022.	TCC
ARENDT, João Claudio; LIMA, Leticia; MENEGOTTO, Roberto Rossi. leitura e censura na Serra Gaúcha: considerações sobre o jornal Correio Riograndense (1940-1950). **Revista Labirinto**, Porto Velho, ano 18, v. 27, n. 1, p. 193-209, jul./dez. 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.47209/1519-6674.v.27.n.1.p.193-209. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_47209_1519_6674_v_27_n_1_p_193_209. Acesso em: 28 jul. 2022.	Artigo
BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.	Livro
BASILIO, Esdra. **Jornal Daqui**: uma forma de inclusão à leitura?. Orientador: Andréa Pereira dos Santos. 2011. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/11333. Acesso em: 29 jul. 2022.	TCC
BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos, SP: EDUFScar, 2002.	Livro
CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2. ed. São Paulo: Ateliê: FADESP, 2002.	Livro
CASTRO, César Augusto. Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 92-103, 2. sem. 2005. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2005v10n20p92. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_8e49852e41434c2aa151b581e4c581d3. Acesso em: 28 jul. 2022.	Artigo

Quadro 3 – Referências dos trabalhos encontrados no levantamento (Continuação)

Referência	Tipo
CHAFFE, Bruna Abatti. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação**: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS. Orientador: Marlise Maria Giovanaz. 2009. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22708. Acesso em: 29 jul. 2022.	TCC
DAVILA, Denise; SOUZA, Renata Junqueira de. O uso de textos polêmicos em sala de aula: formação e prática docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1207-1220, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/QfvcXHKZWmvC4RHgVSDWXtK/. Acesso em: 20 jul. 2022.	Artigo
DORNELES, Camila de Souza. **Livros infantis e a censura de 1964 a 1985 no Brasil**: raridade das enunciações. Orientador: Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima. 2018. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189824. Acesso em 29 jul. 2022.	TCC
EIBS, Ana Paula da Silva. **Censura em tempos de guerra**: um estudo sobre a destruição dos livros e as bibliotecas de Hitler. Orientador: Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima. 2018. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189784. Acesso em: 29 jul. 2022.	TCC
FERRI, Daniara Zampiva. **Máquina de fazer silêncios**: o reflexo da censura nas bibliotecas e na produção literária da Argentina durante o Golpe Militar de 1976. Orientador: Marlise Maria Giovanaz. 2017. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/175266. Acesso em 29 jul. 2022.	TCC
FLORES, Amanda Luiza Mattje. **"Num país totalitário este livro seria proibido"**: considerações sobre a censura aos livros na ditadura civil-militar a partir do caso de Incidente em Antares, de Erico Verissimo (1971). Orientador: Cássia Daiane Macedo da Silveira. 2020. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216816. Acesso em: 29 jul. 2022.	TCC
FROMMING, Sigfrid. A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos Irmãos Grimm no século XX. 2014. 342 f. Tese (Pós-Graduação em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130935/332920.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.	Tese

Quadro 3 – Referências dos trabalhos encontrados no levantamento (Continuação)

Referência	Tipo
LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**: uma reflexão. Orientador: Victor Aquino Gomes Correa. 2010. 230 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_982fd3692b6a28c540c8ef5d71c4e5f1. Acesso em: 23 jul. 2022.	Tese
LIMA, Maria Divina de Sousa. **Práticas de leitura de adolescentes e jovens do colégio Lyceu de Goiânia do primeiro ano do ensino médio, matutino e noturno**. Orientador: Andréa Pereira dos Santos. 2013. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/4233. Acesso em: 29 jul. 2022.	TCC
MALTA, Renata Barreto; FLEXOR, Carina Luisa Ochi; COSTA, Aianne Amado Nunes. Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 61, e6110, dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2316-40186110. Disponível em: https://www.scielo.br/j/elbc/a/3ygWC93Pp4SYskjTnzN8vvv/. Acesso em: 20 jul. 2022.	Artigo
MORAES, Maria Heloísa Melo de. Literatura ou não?: discussões em torno de conceitos e preconceitos. **Leitura**, [Maceió], v. 1, n. 11-12, p. 62-74, jan./dez. 1995. Universidade Federal de Alagoas. DOI: http://dx.doi.org/10.28998/0103-6858.1994v1n11-12p62-74. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_28998_0103_6858_1994v1n11_12p62_74. Acesso em: 28 jul. 2022.	Artigo
OCTAVIANO, Véra Lucia C.; REY, Carla Monte; SILVA, Kelly Cristina da. Informação e censura no Brasil: da formação do Estado à 'Era do Real'. **Transinformação**, [Campinas], v. 12, n. 1, p. 59-71, jan./jun. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/xLdNYnkccXspWZSHRRjpf8F/. Acesso em: 20 jul. 2022.	Artigo
OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125-151, set./dez. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245243.125-151. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_9868adbb2f5b42d8aa363b9f566ae9ad. Acesso em: 28 jul. 2022.	Artigo

Quadro 3 – Referências dos trabalhos encontrados no levantamento (Continuação)

Referência	Tipo
OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de Livros durante a ditadura militar**: 1964-1978. Orientador: Sílvia Cortez Silva. 2003. 151 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_b21f63a39f82ee4982bdcfe3db13bfeb. Acesso em: 23 jul. 2022.	Tese
PEREIRA, Klaus Rossweiler. **Silêncio da biblioteca**: atos de censura em bibliotecas brasileiras (2009). Orientador: Marlise Maria Giovanaz 2010. 139 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25891. Acesso em: 29 jul. 2022.	TCC
REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação...": censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, [São Paulo], v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkmxNvF/. Acesso em: 20 jul. 2022.	Artigo
SANTOS, Andréa Pereira dos. **Juventude da UFG**: trajetórias socioespaciais e práticas de leitura. Orientador: Eguimar Felício Chaveiro. 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_4cc18bd76bdd5d166cc6d16544a8fe28. Acesso em: 23 jul. 2022.	Tese
SANTOS, Andréa Pereira dos. Práticas de leitura: censura e preconceito nos meandros da história. *In*: DUMONT, Lígia Maria Moreira; MENDONÇA, Ismael Lopes (org.). **Leitor, leitura e seus contextos**: livro de estudos. Florianópolis: Gráfica Rocha e Editora: PPGCI/UFMG, 2021. p. 55-89.	Capítulo de livro
SANTOS, Andréa Pereira dos; CHAVEIRO, Eguimar Felício; VILELA, Benjamim Pereira. Espaço, Leituras fragmentadas: construção de leitores e preconceitos em leitura. *In*: SANTOS, Andréa Pereira dos; LIMA, Angelita Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; SILVA, Luciana Cândida da (org.). **Leitura, Espaço e Sujeito**. Goiânia: Fic/Funape/Laboter, 2014. p. 15-25. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/366/o/Leitura__espa%C3%A7o_e_sujeito.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.	Capítulo de livro
SANTOS, Fernanda Cássia dos. **Entre o altar e a fogueira**: relações de gênero na censura católica a romances (1907-1924). Orientador: Karina Kosicki Bellotti. 2017. 258 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPR_fec313d5893769f1e5142fe7f08d6870. Acesso em: 23 jul. 2022.	Tese

Quadro 3 – Referências dos trabalhos encontrados no levantamento (Conclusão)

Referência	Tipo
SOUSA, Juliana Moreira de. **Censura e erotismo na literatura de Cassandra Rios**. Orientador: Fábio Figueiredo Camargo. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_7ce9f02466eca3b83cefd9a0e4af63dc. Acesso em: 23 jul. 2022.	Dissertação
SOUZA, Fernanda dos Santos. **Censura na biblioteca escolar**: como a interferência de pais e professores influencia na mediação de leitura. Orientador: Eliane Lourdes da Silva Moro. 2018. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182002. Acesso em: 29 jul. 2022.	TCC
SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-297, jan./abr. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245241.267-295. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_dd512e778621429f8812b53fefc34536. Acesso em: 28 jul. 2022.	Artigo
VERDADE DA MADALENA, Emanuel. Deixem as crianças em paz: a censura de livros para crianças com temas LGBTIQ+. **Elos**: revista de literatura infantil e xuvenil, [*S. l.*], n. 8, p. 1-15, 2021. DOI: https://doi.org/10.15304/elos.8.7969. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_15304_elos_8_7969. Acesso em: 28 jul. 2022.	Artigo
VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan./jun. 1987. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v16i1.266. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_2a380f9799204732bb3a79de6f154d11. Acesso em: 28 jul. 2022.	Artigo
VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura**: usos do livro na América Portuguesa. Orientador: Laura de Mello e Souza. 1999. 445 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_72d35af7a773c3e9b300cd3d0335c1e1. Acesso em: 23 jul. 2022.	Tese

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com a análise dos documentos encontrados no levantamento, é possível perceber que a maioria aborda a censura de livros em diferentes aspectos. Considerando o apontamento feito

por Ferri (2017), a censura sempre esteve presente em todas as relações de poder, e era usada, principalmente, como forma de controle. Seu trabalho discute como a censura afetou as produções culturais durante o Golpe Militar de 1976 na Argentina.

Alguns exemplos de artigos que abordam a censura de livros em diferentes períodos são os escritos por Reimão (2014), o qual aborda a censura oficial a livros de autores brasileiros durante a Ditadura Militar brasileira. Em seu trabalho, foi possível identificar livros de autores brasileiros que foram vetados durante o período posterior ao ano de 1970 e, assim, delinear alguns procedimentos censórios.

Octaviano, Rey e Silva (2000) abordam a censura à informação durante o período da formação do Estado Novo até a "Era do Real". Os autores constatam que, "nas unidades de informação, a tarefa de selecionar os materiais bibliográficos requer cuidados especiais, pois seus executores devem ter sempre presente que o público é heterogêneo [...]".

Já em sua tese, Otero (2003) apresentou a relação do livro e a censura do governo militar, analisando as ações de controle exercidas pelo Ministério da Justiça e o Ministério da Educação e Cultura durante a Ditadura Militar.

Além disso, Malta, Flexor e Costa (2020) abordam a censura de livros com temática LGBTQIA+ voltada para crianças e adolescentes. Leitão (2010) discute a relação entre a constituição das bibliotecas públicas, bibliotecários e censura durante a Era Vargas e o Regime Militar no Brasil. Já Oliveira, Silva e Castro (2018) discutem relações da censura com as medidas de implementação da difusão cultural dos livros nas bibliotecas durante o período do Estado Novo no Brasil.

Salienta-se que, nos trabalhos que abordam os preconceitos em leitura, é comum a discussão sobre a concepção de que há um desinteresse pela leitura no Brasil. Abreu (2001) aponta que tal ideia se dá pois é usado como parâmetro de avaliação a alta cultura europeia, e, dessa forma, a prática de leitura diferente desses parâmetros é tida como inferior.

Assim, Santos (2021) reflete sobre a relação de censura e preconceitos em leitura, na qual expõe que a censura e o preconceito em leitura se dão através de uma tentativa de estipular o que é ou não cultural, como forma de hierarquização da cultura.

E, por fim, Santos, Chaveiro e Vilela (2014) discutem as diferentes práticas de leitura e o preconceito presente. Mencionam também a importância de as bibliotecas fornecerem acesso ao conhecimento para a população de forma a contribuir para o lazer e para acesso a informações de utilidade pública.

5 BIBLIOTECAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Neste capítulo, serão abordados os aspectos conceituais das bibliotecas públicas a partir dos estudos de autores como: Fonseca (2007), Cunha e Cavalcanti (2008), Miranda (1978), Lessa e Gomes (2017) e Suaiden (1980). Em seguida, para entender a história das bibliotecas públicas e o seu desenvolvimento no Brasil e em Goiânia, serão apresentados os aspectos históricos das bibliotecas públicas através dos autores: Milanesi (1995), Suaiden (1980), Cunha e Santos (2004), Rasteli e Cavalcante (2013) e Melo (2007).

5.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Para entender os conceitos de biblioteca, primeiro é necessário conhecer a origem etimológica da palavra biblioteca, a qual vem do grego *bibliothéke*. Conforme Fonseca (2007) explicita, *biblíon* significa livro e *théke* significa qualquer estrutura que forma um invólucro protetor. Nesse sentido, pode-se entender a biblioteca como local com a função de proteger e preservar registros e o conhecimento.

Com base nisso, é possível afirmar que a biblioteca teve sua origem com a finalidade de armazenar o conhecimento de um povo, e a ideia de biblioteca como instituição de disseminação de informação só veio depois. Desse modo, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 52) definem biblioteca como "coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários". A partir dessa afirmação, é seguro apontar que essa concepção de biblioteca é voltada para a visão de biblioteca com finalidade de armazenamento. Isso se dá ao defini-la como uma coleção de registros.

Contudo, conforme relatado por Miranda (1978, p. 1), "a biblioteca é, por conseguinte, uma célula viva, única. Nenhuma biblioteca é igual a outra". Assim, entende-se que para levar a informação à comunidade, a biblioteca deve se adaptar conforme a necessidade de seus usuários. Além disso, é possível afirmar que a biblioteca pública tem um importante papel de preservação do conhecimento, e papel social essencial para a comunidade em que está inserida. Nesse sentido, essa concepção de biblioteca é voltada para uma visão de biblioteca como local de disseminação de informação.

Do mesmo modo, Lessa e Gomes (2017) apontam que "pensar a biblioteca pública como um espaço de encontro e diálogo pressupõe pensar a biblioteca pública como um espaço de

participação e também de convívio". Dessa maneira, a biblioteca pública tem um papel importante de disseminação da cultura e da educação, bem como um ambiente que disponibiliza todo tipo de conhecimento para o usuário, independentemente de sua idade, raça, gênero, religião ou status social. Dessa forma, considera-se a biblioteca pública como:

> [...] porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2022, p. 1).

Logo, percebe-se que é indispensável que a biblioteca pública forneça um local que corresponda a todas as condições básicas para a aprendizagem e o desenvolvimento cultural para todos os indivíduos. À vista disso, o serviço prestado na biblioteca pública deve cumprir as missões estipuladas pelo Manifesto de Bibliotecas Públicas, em parceria com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), sendo eles:

> a) Fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias sem censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis e fomentar o aprendizado ao longo da vida ao permitir a busca contínua, voluntária e autônoma de conhecimento, para as pessoas em todas as etapas da vida;
> b) Proporcionar oportunidades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia;
> c) Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta;
> d) Promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para desenvolver habilidades de leitura e escrita, viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e alfabetização digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática;
> e) Fornecer serviços às suas comunidades de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais que permitem acesso a informações, coleções e programas sempre que possível;
> f) Garantir acesso para todas as pessoas ao conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social;
> g) Promover o acesso das comunidades ao conhecimento científico, como resultados de pesquisas e informações de saúde que possam impactar a vida de seus usuários, além de possibilitar a participação no progresso científico;
> h) Fornecer serviços de informação de qualidade às empresas, às associações e aos grupos de interesse locais;
> i) Preservar e promover acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem

> coletados, preservados e compartilhados de acordo com os desejos da comunidade;
> j) Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
> k) Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2022, p. 2).

A partir de suas missões, é possível perceber que há preocupação em garantir o acesso livre à informação e proporcionar ao cidadão desenvolvimento pessoal. Suaiden (1980, p. 2) aponta que "o livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes [...]". Portanto, o acesso ao conhecimento promovido pela biblioteca pública é de extrema importância para a formação de cidadãos com a capacidade de exercer a sua cidadania através da cultura e da informação.

5.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Com a invenção de Gutenberg, os registros dos pensamentos humanos, que antes eram feitos através da escrita, passam a ser gerados através da impressão. Tal ato ocasionou a expansão da circulação de ideias, alcançando um número de pessoas cada vez maior. À vista disso, como apresenta Milanesi (1995), os cidadãos passaram, então, a formar suas próprias bibliotecas em casa. Eram repositórios que conservavam obras raras e tinham função de armazenar esses registros, a qual foi denominada pelo autor como biblioteca museu.

De acordo com Milanesi (1995, p. 22), essa ideia de biblioteca museu perdurou até o século XX, e após diversas transformações históricas a ideia de "biblioteca/museu" deixa de ser a única possibilidade, passando a existir a ideia de "biblioteca/serviço". Posteriormente, é dada à biblioteca a função de sistematizar o acesso às informações. "Ter dados à disposição, funcionalmente, passou a ser uma nova necessidade".

Talvez isso se deva ao fato de que a biblioteca estava relacionada ao poder aquisitivo do indivíduo. Baseando-se na afirmação de Suaiden (2000), o qual diz que o acesso à informação era determinado pelo poder aquisitivo e, por esse motivo, utilizavam da posse de uma biblioteca particular como um símbolo de poder.

Dito isso, entende-se que a ideia de biblioteca museu consiste na ideia de um local para armazenar as obras adquiridas pelos cidadãos, principalmente as obras raras. Enquanto a ideia de biblioteca serviço se refere à ideia de um local de disseminação de informações, como foi mencionado no tópico anterior.

Milanesi (1995) discute também a transformação das bibliotecas públicas em bibliotecas escolares, no ano de 1971. Tal fato se deu pois, nessa data, as pesquisas passaram a ser obrigação escolar, e como não existiam bibliotecas que poderiam ser usadas para essas pesquisas, as bibliotecas públicas passaram então a receber os estudantes. A partir disso, houve a necessidade de algumas mudanças para atender a essa nova demanda, medidas como a compra de enciclopédias.

Atualmente, esse uso da biblioteca como local de estudos ainda é visível e bastante frequente. Pode-se observar esse uso frequente nas respostas obtidas através das entrevistas realizadas nas bibliotecas públicas de Goiânia. Essas respostas serão apresentadas e discutidas na análise de dados presente no capítulo seis.

Mediante o reconhecimento da importância da biblioteca pública e o valor de seus serviços pelas autoridades, juntamente ao dever dos governantes em oferecê-los, é despertado um enorme interesse nesse tema e, consequentemente, segundo Suaiden (1980), é gerado avanço nos serviços prestados pelas bibliotecas públicas por diversos países.

Como apresentado por Suaiden (1980, p. 1), esse avanço é impulsionado por diversas atividades como a "declaração geral das normas aprovadas em Madri, em 1958, e as normas para edifícios de bibliotecas públicas, aprovadas em Varsóvia, em 1959". A partir dessa afirmação, é possível dizer que, com uma série de regulamentações voltadas para as bibliotecas públicas, surge avanço nos serviços disponibilizados por elas.

Outra atividade importante de ser mencionada é o Manifesto da Biblioteca Pública, preparado pela IFLA e aprovado durante o *General Information Programme (PGI) Council Meeting*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorrido em Paris na data de 29 de novembro de 1994. Esse manifesto, acompanhado de diversas outras regulamentações, é um impulso para avanços que visam à melhoria das bibliotecas públicas e seus serviços.

5.3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

A Biblioteca Pública da Bahia foi inaugurada no dia 4 de agosto de 1811, sendo a primeira biblioteca pública fundada no Brasil (SUAIDEN, 1980). Sua inauguração se deu por iniciativa dos cidadãos que, por meio de Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco, encaminharam ao governador da Capitania da Bahia uma solicitação de que aceitasse a provação do plano para a aprovação da biblioteca, cujo objetivo era promover a instrução do povo (SUAIDEN, 1980).

Além da função de educação, o objetivo da biblioteca pública também estava vinculado à ideia de assistência para a qualificação da mão de obra. Em vista disso, Cunha e Santos (2004, p. 5) explicam que a biblioteca pública "nasce atrelada a dois fenômenos sociais indissociáveis: a educação e o trabalho, sendo impossível negar essa interdependência posto que se o trabalho exige pessoas qualificadas, a educação busca preparar pessoas produtivas para a sociedade".

Então, em 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), com o propósito de proporcionar "meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários" (SUAIDEN, 1980, p. 10). Dessa maneira, deu-se início a programas de leitura no Brasil. Ademais, surge o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), que tinha como função a criação, a organização e a estruturação de bibliotecas públicas em todo o país (RASTELI; CAVALCANTE, 2013).

Eventualmente, além da Biblioteca Pública da Bahia, outras bibliotecas públicas foram criadas por iniciativa do governo. É importante mencionar a Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, a qual se tornou um importante marco para a cultura brasileira e modelo para a América Latina. Segundo Suaiden (1980), essa biblioteca teve como segundo diretor Rubens Borba de Moraes, o qual reorganizou a estrutura da biblioteca e seu plano foi dividido em quatro pontos: reorganização completa dos serviços técnicos; adoção de esquema de expansão bibliotecária; formação de pessoal habilitado e cooperação com outros institutos.

5.4 BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA

Desde a década de 1920, apesar de Goiânia já contar com algumas instituições de leitura, como o Colégio Santa Clara, a escola primária e a Igreja Matriz, a história da primeira biblioteca pública teve o seu início em 13 de agosto de 1936, através da notícia de sua inauguração no jornal *Correio Oficial* (MELO, 2007). Hoje, nomeada como Biblioteca Municipal Marietta Telles Machado, nome dado em homenagem à escritora Marietta Telles Machado, está localizada no Setor Leste Universitário, em Goiânia, e disponibiliza um acervo com cerca de 35 mil volumes.

A Biblioteca Estadual Pio Vargas teve sua origem através da Lei n.º 6.623, no ano de 1967. Ficou instalada no primeiro e segundo andar da Av. Goiás, n.º 346, durante o período de 1976 a outubro de 1985. Antes, nomeada de Biblioteca Pública Estadual de Goiás, passou a ser conhecida como Biblioteca Estadual Pio Vargas a partir do dia 22 de abril de 1991, em homenagem ao escritor e poeta goiano Pio Vargas, que, em 1967, cedeu algumas de suas obras para a criação do museu. Atualmente, está localizada na Praça Cívica, em Goiânia. Seu acervo

é constituído por cerca de 70 mil títulos, entre eles 160 mapas, 28 atlas, revistas e jornais que compõem a seção especial, entre outros.

A Biblioteca Municipal Cora Coralina teve sua inauguração no dia 1º de maio de 1966, recebeu o nome de Biblioteca Pública Cora Coralina em janeiro de 2008, a partir do Decreto n.º 49.172 e, em dezembro de 2016, passou a se chamar Biblioteca Municipal Cora Coralina, através do Decreto n.º 57.528. Seu nome se deu em homenagem à poetisa goiana nascida em 1889. Hoje, está localizada no setor de Campinas, em Goiânia, e contém um acervo de mais de 47 mil exemplares divididos em livro de literatura e informação, revistas, atlas, multimídia, livros falados e audiolivros, entre outros.

Essas três bibliotecas públicas de Goiânia estão cadastradas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de Goiás (SEBP-GO). A fundação do SEBP-GO ocorreu na data de 14 de julho de 1989, antes mesmo da fundação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), que se deu em 1992, e é composto por 246 municípios, possuindo, ao todo, 243 bibliotecas públicas. A sua principal missão é: “a implantação, revitalização, modernização e manutenção de 18 bibliotecas públicas regionais nas microrregiões do estado, transformando em centros culturais para que a comunidade local tenha uma participação de modo ativo, produzindo cultura e conhecimento” (GOIÁS, 2022a).

O SEBP-GO é vinculado à Secretaria da Cultura de Goiás (SECULT), que teve sua origem em 11 de novembro de 1964. A missão da SECULT consiste em “formular e executar a política estadual de desenvolvimento da cultura, bem como zelar pela conservação do patrimônio histórico e artístico do Estado” (GOIÁS, 2002b). No organograma, presente no Anexo C, é possível visualizar a hierarquia da SECULT à qual as bibliotecas públicas de Goiânia estão vinculadas.

6 CENSURA E PRECONCEITO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA: ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas realizadas com os funcionários das bibliotecas públicas de Goiânia foram feitas presencialmente, e agendadas previamente com a pessoa responsável pela biblioteca. Foram feitas a partir do roteiro de perguntas estruturadas e formuladas antecipadamente, contendo perguntas abertas, de forma que os participantes são livres para responder às perguntas com suas próprias palavras.

Com a permissão dos participantes, as respostas foram gravadas e as respostas de participantes que não permitiram o uso de gravador foram anotadas manualmente. Contabilizou-se um total de cinco participantes entrevistados, os quais foram mantidos em anonimato.

As informações obtidas com a aplicação das entrevistas com funcionários e a observação das bibliotecas públicas de Goiânia e de seus usuários foram organizadas e verificadas. Após a verificação, os dados qualitativos foram agrupados em categorias temáticas, buscando apresentar os resultados para fácil visualização.

6.1 ANÁLISE DE DADOS DA ENTREVISTA

A leitura pode ser considerada como experiência individual e, consequentemente, cada pessoa pode considerar um significado diferente para a palavra leitura. Em vista disso, a questão inicial tem o objetivo de identificar a concepção de leitura dos bibliotecários e funcionários das bibliotecas públicas de Goiânia.

Ao analisar as respostas, é encontrada uma diversidade de concepções de leitura, mas é possível perceber alguns pontos em comum entre elas. Um desses importantes pontos em comum é a concepção de leitura como algo mais do que a decodificação de palavras.

Esse pensamento corrobora a definição de leitura retratada por Goulemot (2011, p. 108), o qual diz que “ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências”. Essa definição é apresentada no capítulo três do presente trabalho.

Além disso, ao analisar algumas das respostas, tem-se a percepção de leitura como forma de adquirir conhecimento. Esse pensamento é apresentado por Failla (2021), na pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, na qual a leitura é defendida como um suporte importante para o conhecimento, para a formação humana e para a formação de cidadãos críticos.

Participante A: *É um termo bem amplo, né? Então, tudo aquilo que os nossos olhos enxergam de alguma forma ele lê, ele não é só a codificação e decodificação do nosso alfabeto, que nós conhecemos. Mas eu acredito que é toda percepção dos nossos olhos, e de alguma forma ele lê. Seja nas cores, seja no tom da voz quando faço uma leitura, seja nos seus gestos. Eu faço uma leitura dos seus gestos, eu faço uma leitura do seu sorriso. Então, a leitura é tudo aquilo que eu consigo, de alguma forma, extrair uma opinião, um conhecimento, tecer alguma reflexão, seja ela qual for.*
Participante E: *O que é leitura? A leitura pode ser feita por várias formas, né? É tudo aquilo que você tira sobre uma determinada imagem, de um livro uma. E tem como ler através do livro impresso, uma imagem, uma fotografia. É aquilo que você tira.*

Também é possível constatar a percepção de leitura de diferentes formatos, além do textual. Essa ideia é discutida por Martins (1994, p. 33), o qual considera que "a leitura se realiza a partir do diálogo do leitor com o objeto lido – seja escrito, sonoro, seja um gesto, uma imagem, um acontecimento". Outro ponto que pode ser destacado é a ideia de leitura como lazer e distração.

Participante C: *Leitura é o que enriquece a nossa mente e o nosso conhecimento.*
Participante B: *Leitura é um passaporte, acho que pro mundo inteiro, para você descobrir novos lugares. Para você ter informação, pra você ter outra visão de mundo. Leitura abrange tudo na vida de uma pessoa.*
Participante D: *Leitura, para mim, é de uma forma, de uma estratégia de você está se distraindo, um lazer. Ou, às vezes também, leitura para trabalho, para conhecimento. E, meu caso agora, é mais pro lazer. Mas é algo que você busca informação, busca conhecer alguma coisa, através desse ato, o ato da leitura. Então, eu acho que é uma forma de lazer, distração, de sonhar, de pensar, de conhecimento, de estudo, de crescer, então tem muitas formas.*

Ao serem questionados se a leitura é válida independentemente do suporte e da forma como é feita, os participantes, em sua maioria, responderam positivamente. Essa ideia de leitura feita através de diversos formatos é discutida por Chartier (2012), o qual afirma que "leitura é muito mais do que ler livros", e diz que a leitura pode ser realizada através de diferentes publicações, como revistas, jornais, revistas em quadrinhos, e muitas outras.

Participante A: *Sim. Eu acredito que sim, que a leitura ela não está no formato, na forma que está disponibilizada para o leitor. Então, a leitura ela é válida, independente do seu formato, é aquela pessoa que está lendo que vai dizer se aquilo é ou não leitura para ela.*
Participante B: *Eu acho que é. Na minha opinião, é livro, ebook, até bula de remédio ela é válida.*

Respostas como a do participante A, o qual diz acreditar que a leitura é válida não importando o seu formato, demonstra uma visão de leitura livre de preconceito. Em contraste com essa resposta, alguns participantes mencionaram que, apesar de serem válidos os diversos formatos de leitura, têm preferência pelo livro impresso. Já outros ressaltam a necessidade de orientação ou senso crítico na escolha de uma leitura que traga conhecimento. Essa resposta pode ser considerada como preconceito ao mencionar a necessidade de escolher uma leitura para obter conhecimento.

A resposta do participante C chama atenção ao afirmar que ler é bom, se tiver orientação. Essa é uma afirmação válida, se considerar a existência de informações falsas e desinformação. São fenômenos nos quais são divulgadas informações imprecisas e enganosas, ou, no caso da desinformação, a informação é tendenciosa, tirada do contexto ou distorcida (BRISOLA; BEZERRA, 2018). Tais informações são prejudiciais para a sociedade, portanto, a mediação da leitura, quando feita visando à necessidade informacional dos usuários e livre de pré-julgamentos, serve como auxílio para avaliar as informações e evitar desinformação.

Outra medida importante para auxiliar na distinção de informações falsas é a capacitação dos leitores através do letramento informacional. Essa medida consiste no processo de formação de competências que permitam acessar, localizar e reconhecer a informação necessária para gerar conhecimento (GASQUE, 2012). Através do letramento informacional, os leitores se tornam capazes de usar e buscar informações de forma eficaz e, assim, avaliar as informações tendo em vista a sua necessidade informacional.

Em vista disso, é necessário lembrar que toda leitura, quando feita com competência crítica, é válida. Segundo Dumont (2000, p.167), "[...] qualquer leitura possui um potencial a acrescentar, a informar, e nunca a apaziguar o sujeito, a embrutecê-lo, a regredi-lo. Quanto mais ler, mais informações o sujeito possuirá para discernir em situações que se lhe apresentem no futuro". Desse modo, é certo afirmar que a leitura possibilita ao leitor obter conhecimento e de nenhuma forma é possível o leitor perder qualquer tipo de conhecimento através da leitura.

Participante D: *É válida, só que leitura para lazer, distração, eu prefiro livro no papel, impresso. E, às vezes, no outdoor, eu passo o olho e também é uma forma de leitura, em um consultório eu pego uma revista. Mas eu prefiro ler com o papel mesmo, o impresso, para distração. Agora, às vezes, eu estou no celular, vejo uma notícia no UOL, alguma informação, alguma coisa, mas eu prefiro ela impressa.*
Participante C: *Ler é sempre bom, se for orientado. Se não tiver senso crítico, um cuidado de procurar bons textos, que te agreguem, se ficar lendo coisas que não vai te agregar, te somar. Leia coisas que enriqueçam.*

Ao serem questionados sobre que tipo de leitura acreditavam ser o mais praticado pelos usuários, houve consenso ao responderem que, por ser uma biblioteca pública, o perfil de usuários das bibliotecas é bastante diversificado. Essa ideia cumpre o que é proposto para uma biblioteca pública, estipulado pelo Manifesto para Bibliotecas Públicas, o qual diz que "a biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários" (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2022, p. 1).

Participante A: *Aqui dentro da biblioteca, o tipo de leitura mais praticado pelos usuários, que estão usando e permanecem dentro do espaço, é a leitura de conteúdos específicos de determinados concursos ou de qualquer atividade preparatória. Porque aqui também eu tenho estudantes que estudam para o ENEM, não é só para concursos públicos. E eu tenho pessoas aqui que estudam línguas, pessoas que estão aprimorando o estudo de línguas. Esse é o maior. Mas também, eu tenho aquele público de leitura literária. Nós temos esse público que vem para pegar romance, para pegar aventuras, ação e como a biblioteca aqui tem a seção infantil e juvenil também, nós temos um público que acessa os livros literários juvenis. Então é um público misto, por ser uma biblioteca pública não tem uma linha única de perfil, eu tenho perfil misto dentro aqui dessas bibliotecas. Então eu tenho desde um leitor que lê os livros literários, mas eu também tenho leitores dentro da área de Ciências Sociais, aqui é uma área muito acessada é a área das Ciências Sociais, e a área de literatura.*
Participante B: *A literatura, o pessoal gostam mais. Mas, como é uma biblioteca e é uma biblioteca pública, não tem como falar assim: "90% é um, 30% é outro". Tem muitos atrás de Direito, Filosofia, então é muito variado aqui dentro da biblioteca.*

O gênero mais mencionado nas respostas obtidas foi o romance. Outros gêneros também mencionados são autoajuda, poesia, livros de áreas do conhecimento, como Filosofia, Ciências Sociais e livros sobre a história de Goiás.

Participante D: *Gênero literário? Romance e ficção. E poesia. Autoconhecimento também, autoajuda. Existe livro de autoajuda aqui na classe 1. E tá tendo muito romance e ficção.*
Participante C: *Eles leem muitas obras literárias como autoajuda, literatura americana, livros espíritas e livros sobre a história de Goiás.*

Um ponto importante observado em algumas respostas é a leitura de gibis e história em quadrinhos. Como mencionado por Vergueiro (2003) em capítulos anteriores, existia resistência vinda de pais, educadores e de bibliotecários em relação às histórias em quadrinhos.

Participante E: *É muito mais os livros literário. Assim, é variado, alguns leem gibi, outros leem romance, ficção, é variado aqui.*

Através das respostas, é possível perceber que em respostas, como a do participante A, há menções de estudantes que praticam a leitura de livros com conteúdo preparatório para concursos ou para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Depois de os participantes responderem sobre as leituras realizadas pelos usuários da biblioteca, foi perguntado se consideravam ideal essa leitura realizada pelos usuários. Ao analisar as respostas, é possível perceber que houve consenso de que a leitura ideal é baseada na necessidade da pessoa e quando se dá essa necessidade.

Participante E: *No caso, seria. Acho que sim.*
Participante C: *Não tem como saber se é. É pessoal, cada um sabe de si.*
Participante A: *Eu acredito que a questão do ideal não sou eu que devo pontuar, porque o ideal é a partir da minha necessidade. O que é ideal para mim não é ideal para você. Então o ideal passa daquilo que eu estou necessitando no momento. Então o ideal parte do próprio leitor, é ele que define o que é ideal para ele, o que que ele precisa, o que que ele quer ler. O ideal é aquilo que eu quero e não aquilo que a ciência impõe. A ciência que eu falo é a ciência que estuda as questões literárias, de leitura em si.*
Participante B: *Eu acho que é. Por ser uma biblioteca pública, a gente não pode classificar assim: "a pra mim é melhor isso ou aquilo", a gente tem que atender a todo o público.*

Participante D: *Leitura, para mim, tudo é válido, leitura ideal. Às vezes, o suporte que não é ideal, ou você também não tá sentado direito no local e não é ideal, a luminosidade não é ideal. Mas eu acho que toda leitura é válida. Porque até mesmo pra você conhecer as palavras, erros de português, tudo, você tá lendo, Mesmo que seja uma fake news, você tá lá batendo o olho e tá tendo senso crítico. Então, é uma forma ideal de ler também, você tem que ter senso crítico. Leitura tá em tudo. Acho que toda leitura é ideal, é válida. Você pode não gostar do que tá lendo, mas você tá tendo contato com a leitura.*

Além disso, foi perguntado sobre qual leitura achavam ideal para os usuários, e é possível perceber alguns pontos em comum, em que mencionam que são os próprios usuários que devem definir o que é a leitura ideal para ele. Quando é mencionado que o que define aquilo que é ideal para o leitor é o próprio leitor e a sua necessidade, isso demonstra a consciência vinda desse profissional de que é necessário deixar de lado as suas concepções para não interferir em seu trabalho na biblioteca e na necessidade do usuário.

Participante C: *Uma leitura que traga conhecimentos. Que te faça uma pessoa bem-informada, bem situada.*
Participante A: *Isso é porque tudo o que, dentro dessa questão de idealização, parte do próprio eu, sou eu que define o que é ideal para mim, entendeu? Então, tem gente que gosta de ler livros, vamos supor, sobre alguns tipos de religiões, que eu não gosto, porque, às vezes, não é minha religião, então pra mim não é ideal. Mas aquela religião tá errada? Não, só não é ideal pra mim, mas para o outro é. Então tem pessoas que gostam de ler livros sobre política, é o ideal porque ela trabalha com política, ela tá dentro da política, o campo de estudo dela é a Ciência Política, eu não gosto, pra mim já não é o ideal, porque eu gosto de estudar o quê? O livro, a leitura e a biblioteca, então o que que vai ser o ideal para mim? Tudo o que perpassa por dentro dessa área, mas tudo que tem escrito dentro dessa área eu vou gostar? Não. Por quê? Porque eu também tenho uma preconcepção do que eu quero ler. Então, o ideal é a partir do "eu".*
Participante B: *Eu, especificamente, não posso achar o ideal pra ele, é ele que tem que achar o que é o ideal pra ele. Então ele vem aqui atrás daquela leitura específica que ele tá precisando no momento. Então, o meu papel aqui é ajudar ele a encontrar essa leitura.*

Quando foram perguntados sobre quais as situações de reclamações de usuários em relação ao material disponível na biblioteca, as respostas em sua maioria apontavam

reclamações voltadas à falta de livros com os lançamentos recentes. Isso é possível de ser observado com a resposta do participante E, ao dizer que há reclamações pedindo por materiais atualizados.

Participante D: *Aqui a gente não tem muita reclamação. [...]. A gente tem aqui reclamação, é porque sempre tem um autor da moda [...] um livro novo que eles estão querendo e a gente não tem. A gente trabalha com doação e 90% do nosso acervo é por doação [...] e tem que aguardar esses livros do momento chegarem [...].*
Participante E: *Eles reclamam assim que eles querem mesmo mais atualizado. Mas a maioria aqui vem muito pra pesquisa. Assim, não tinha jornal, agora tem o jornal.*

É importante destacar que em todas as bibliotecas foi observado que o acervo é atualizado através de doações. É necessário destacar também as diversas menções sobre a falta de investimentos para a compra de novos livros para a atualização do acervo da biblioteca. Com a resposta do participante D, é possível ver essa carência de investimentos ao mencionar que a maior parte do acervo da biblioteca em que trabalha é formado por doações.

Tendo em vista a importância do papel realizado pelas bibliotecas públicas de preservar a cultura, essa constatação de falta de interesse da gestão pública em investir em bibliotecas pode causar um prejuízo no incentivo à leitura. Portanto, faz-se necessário respeitar e cumprir leis que são favoráveis à disseminação da leitura e, assim, cumprir a missão da biblioteca pública, estabelecida pela UNESCO, de promover o acesso a expressões culturais e fornecer acesso à informação sem censura (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2022).

Participante A: *Quando eu falo de biblioteca pública, é a falta de verba para você adquirir novos livros, os lançamentos. Porque a biblioteca pública fica muito na doação, e as doações nem sempre vão corresponder ao desejo e anseios dos leitores que frequentam a biblioteca. Tá, não estou dizendo que tudo que vem de doação não, a gente nunca pode ser extremista, eu não gosto de ser extremista, nem pra A, nem pra B. Então, não é que tudo que vem de doação não serve, só que as pessoas não vão doar para uma biblioteca o último livro que saiu, literário, de um gosto de um leitor aqui. Então, às vezes, não chega para nós. Estamos no Novembro Negro, eu fui fazer um levantamento agora do que nós temos de livros, tanto livros adulto, quanto infantil e juvenil, poucas produções que nós temos, poucas obras que falem sobre as questões étnico-raciais. E como que nós vamos adquirir isso se as verbas são poucas? Então a*

gente esbarra nessas questões, que nem sempre chegam o dinheiro necessário para fazer as requisições dos lançamentos. Nós temos uma lista de desejos que os usuários colocam, e eles sempre perguntam, então nós estamos com a lista de desejo ali para, quando conseguir dinheiro, comprar. Quando nós conseguimos comprar, então aquilo ali não já não é lançamento mais. Então, assim, a gente esbarra nesses pormenores.

Participante B: *Aqui mais reclamação é sobre a defasagem do acervo. Porque, igual o usuário um dia reclamou porque ela pegou um livro ali na seção de psicologia e estava tratando de homossexualismo [sic] como doença, ela veio aqui reclamar pra mim que isso não existe mais. Eu falei assim: "eu sei que o termo hoje não se usa mais isso. Mas a gente também não pode tirar um livro do acervo, porque ele pode servir para pesquisa, para referência, futuramente. E como recebe livro de doação, não tem como assim a gente retirar tudo do acervo, porque, senão, não tem.*

Respostas como a do participante E, que mencionam reclamações vindas do usuário pedindo por atualização do acervo, expõem que há também defasagem do acervo. Vergueiro (2010, p. 21) afirma que "Uma informação desatualizada perde muito de seu valor. Para bibliotecas onde a atualidade dos dados tem muita importância, este critério é decisivo". Portanto, essa defasagem dos acervos é um problema de extrema preocupação e deve ser analisado com mais profundidade.

Através da resposta do participante B, é possível perceber que os usuários estão atentos a possíveis manifestações de preconceito presentes no acervo a que ele tem acesso. Apesar de a permanência desse livro no acervo ser válida, pode ocorrer de ao encontrar uma manifestação de preconceito no acervo causar um impacto negativo a essa biblioteca.

Em contraste com as respostas anteriores, houve também respostas, como a do participante C, em que ele destaca que não houve reclamações dos usuários em relação ao acervo.

Participante C: *Não tem reclamação do material recebido.*

Ao serem questionados se já deixaram de inserir algum tipo de material no acervo por acreditar que tal item não seria adequado, a maioria mencionou que não há restrições ao inseri-lo. Além disso, mencionam que, quando deixa de inserir algum material, a retirada, feita após uma avaliação do acervo, é baseada em suas condições físicas.

Participante A: *Aqui não. Aqui, a gente não restringe nada, porque como é biblioteca pública, ela não pode ter esse tipo de censura, nós não temos censura, se, às vezes, deixa de inserir algum livro é por condições físicas do material mesmo, que ele não tá com condições de ser disponibilizado para o leitor, porque ele já tá estragando, mas por conta do conteúdo, não.*
Participante B: *Eu acho que não. Porque quem faz a pesquisa é a bibliotecária responsável, ela faz a avaliação do acervo. Acho que a gente nunca deixou de inserir nada não, por causa disso.*
Participante E: *Não, não. A gente não. Só depois de fazer uma avaliação do material, e o que não fica aqui a gente passa para as outras bibliotecas.*
Participante C: *Não deixei de inserir, tudo é feito através de uma seleção. É feito a seleção de acordo com a informação adequada. Se é só um descarte, se já tem na biblioteca.*

Houve também uma resposta a qual menciona uma restrição feita, no passado, de livros para determinados usuários, pelo conteúdo não ser considerado adequado para determinada idade. Perante o exposto, surge nova reflexão quanto à possibilidade de aplicar uma classificação indicativa nas obras disponíveis em bibliotecas públicas. A classificação indicativa é uma informação contida em obras audiovisuais recomendando a faixa etária adequada para a obra. A Secretaria Nacional de Justiça é responsável pela atribuição da classificação indicativa dessas obras, incluindo conteúdos como: obras de televisão, obras de cinema e vídeo, aplicativos, jogos eletrônicos, jogos de interpretação de personagens e espetáculos abertos ao público (BRASIL, 2022a). No entanto, essas atribuições não abrangem livros.

Tendo em vista que livros são um lugar seguro para abordar assuntos complicados, contanto que seja mediado da maneira certa, é necessário que o profissional bibliotecário saiba a melhor forma de lidar com esses materiais, de forma que não interfira no acesso à informação e as necessidades informais dos usuários. Visando facilitar a abordagem de bibliotecários perante esse impasse, o estudo de Lopes (2020) desenvolve o "Guia Explicativo da Classificação Indicativa de Literatura Erótica", no qual é adotado o uso de etiquetas coloridas na lombada do livro para indicar livros não recomendados para determinada idade.

Diferente da classificação de livros pela faixa etária, há a classificação baseada na competência leitora, considerando um conjunto de saberes e habilidades desenvolvidos ao longo da vida (GASQUE; SILVESTRE, 2017). Desse modo o leitor desenvolve a prática de leitura visando uma leitura que traga sentido ao que está sendo lido.

Tendo em vista a necessidade do usuário, o bibliotecário precisa adotar a melhor forma de abordar o acervo e a classificação desse acervo. Visto que, dentre as diversas atividades desenvolvidas pelo bibliotecário, a atividade de mediador da informação também é fundamental para a sua atuação profissional. Segundo Azevedo e Ogécime (2019), é importante entender a mediação não só como um processo de auxiliar o usuário a encontrar a informação buscada, mas também como o processo de desenvolver a autonomia de aprendizagem deste usuário.

Participante D: *Já. Por vários aspectos, às vezes, o livro tem até um assunto interessante, mas o livro não tem condições físicas boas para ir para o acervo, tá com folha soltando, capa soltando. E a gente não tem o serviço de restauro aqui na biblioteca. Então, se tivesse esse serviço de restauro seria legal colocar no acervo porque é um assunto importante e a gente não tem, mas o livro não tem condições de ir pro acervo. Então a gente não põe, põe pra descarte, ou doação. Porque doação o livro pode tá soltando páginas, se a pessoa quiser ela pode pegar. E já teve uns dois meses que, não vou te dizer preconceito, mas já aconteceu de a gente ter que tirar dois livros do acervo e guardar aqui dentro da guarita, são cadastrados, mas a gente tirou. Um, há muitos anos atrás, era um livro que tinha práticas de luta, artes marciais, e lá ele abordava, bem claro, pontos que seriam fatais. E aí um professor de Artes entrou aqui na biblioteca uma vez e viu esse livro lá e conversou com a gente. Ele falou: "olha, esse livro, se algum aluno, menino que tá iniciando as artes marciais ver a explicação desse ponto vital aqui, vai querer dar o golpe lá. É perigoso, coloca esse livro lá pra dentro, ou então vê com quem vai liberar, porque esse livro nas mãos de um adolescente de 15, 16 anos pode trazer até uma fatalidade", então a gente tirou esse livro do acervo. E o outro livro, que eu lembro claramente do nome, é o da Bruna surfistinha. A gente teve que tirar. Porque na época que a gente colocou... o livro tem umas partes bem picantes, não que outros livros não tenham, mas, como é uma escritora, uma autora que estava aí no auge, na época. Aí a gente resolveu tirar, porque estava tendo muito aluno na época, de escola, adolescente de 14, 15 anos, 13 anos, e esse livro não seria legal de estarem vendo sem orientação, sem a gente ver quem tá pegando o livro. Aí tirou o livro do acervo também, resolvemos tirar o livro do acervo. Ele tá guardado aqui com a gente, não tá fora do acervo, ele só não tá disponibilizado no acervo ali aberto ao público, se quiser e vir perguntar, a gente tem ele aqui dentro. Tem esses dois casos que eu lembro.*

E quando perguntados se já sentiram receio de inserir algum material na coleção da biblioteca por pensar na repercussão que o material poderia causar, alguns participantes

responderam que sim, mas não retiram nenhum livro, porque acreditam que a biblioteca é um espaço onde deve haver livros para todas as linhas de pensamento. Isso é possível observar através da resposta do participante B. Para Vergueiro (1987, p. 25), parece ser uma certeza de que em algum momento a questão da autocensura poderá surgir para o bibliotecário durante a seleção do material para o acervo da biblioteca, portanto, é importante que ele saiba como identificar essa autocensura de forma que não afete a necessidade do usuário.

Vergueiro (1987) também afirma que a política de desenvolvimento de acervo tem grande importância para prevenir a autocensura, pois quando tem estabelecidos critérios bem definidos para o desenvolvimento do acervo de uma biblioteca, há uma dificuldade maior de restringir livros de acordo com a visão pessoal do bibliotecário.

Participante A: *Sempre há, né? Por conta da questão do pensamento, da reflexão. Voltamos lá no ideal, porque aí o que é ideal para um não é o ideal para outro, mas como o espaço é público e diverso, aí nós temos que respeitar todas as linhas de pensamento.*
Participante B: *Às vezes, a gente até pensa. Fala assim, se esse livro vai pra biblioteca infantil: "Ah, mas o pai não vai gostar, só que o nosso papel aqui não é cercear, fazer uma censura.*

Já outros participantes responderam de forma negativa, afirmam que não sentiram receio de inserir algum material na coleção atualmente, mas foi mencionada uma situação que aconteceu em algum momento no passado, em que houve a restrição da circulação de livros específicos, como mencionado na resposta do participante D.

Participante D: *Não. Só no caso assim desse que foi inserido e voltou, mas ele tá aqui com a gente, cadastrado. Não tem, porque aqui a gente tem muita coisa, tem de tudo, a gente tem que atender todos os públicos. Aqui tem livros de autores heteros, gays, lésbicas, tudo tá aqui dentro do acervo. Tem livros religiosos. Mas não tem isso, a gente inclui tudo. Só tiramos, que eu lembre, esses dois livros, por precaução. Um por recomendação de um professor, outro porque a gente achou melhor os adolescentes da época não ficarem tendo acesso a esse livro direto. Tá que tem muito livro do Sidney Sheldon, Cinquenta Tons de Cinza que estão lá, mas a política da época foi essa de tirar. Isso já tem mais de dez anos também que a gente tirou. Pode ser que até agora ele volte pro acervo do jeito que tá hoje em dia, a gente pode até deixar um livro da Bruna surfistinha lá, não sei.*
Participante E: *Não. A biblioteca tem que ter de tudo um pouco.*

Ao serem questionados se já sentiram que algum material foi rejeitado ou censurado pela questão do conteúdo, os participantes responderam em consenso de forma negativa, dizendo que não houve percepção de nenhuma rejeição ou censura. Isso pode ser observado nas respostas dadas pelos participantes A e B, os quais dizem que, se houver a rejeição de algum livro, a causa é a defasagem do material.

Participante A: *Não, pelo menos, pelo tempo em que estou aqui, não.*
Participante B: *Não. Assim, ele pode rejeitar o material que tá mais defasado, mas assim: "Ai, não quero esse livro por isso ou por esse motivo", não.*
Participante D: *Aqui com a gente, não. Não, censurado não. Teve essa censura do professor, mas foi uma precaução pra evitar uma tragédia. Não pelo conteúdo, mas porque o conteúdo não poderia ser disponibilizado assim, pra qualquer pessoa, pra um adolescente pegar. Então, pra evitar uma tragédia, achamos melhor tirar o livro do acervo. E o da Bruna surfistinha, mas fomos nós bibliotecárias que achamos o melhor, que não era um conteúdo que adolescente qualquer poderia pegar e ver. Mas assim, hoje, já tem Cinquenta Tons de Cinza no acervo. E temos, também na época, Sidney Sheldon, que tem alguns livros dele que são bem picantes. Então a gente não tem essa censura quanto ao livro. Só teve esses dois, que foram os casos que eu expliquei.*
Participante E: *Não. A meu ver, não. Nunca presenciei isso, não.*

A política de desenvolvimento de coleções é um processo muito importante para a biblioteca e para o bibliotecário. Refere-se ao ato de elucidar o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da biblioteca da qual a coleção faz parte, servindo como um documento norteador para o bibliotecário durante o seu trabalho (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

À vista disso, houve a necessidade de perguntar aos entrevistados se a biblioteca em que trabalham possui política de desenvolvimento de coleções. Ao analisar as respostas, foi possível perceber que algumas mostram que a política de desenvolvimento de coleções ainda está sendo construída. Um exemplo disso é a resposta do participante E, o qual diz que essa política está em processo de implementação.

Participante D: *Então, a nossa política de desenvolvimento de coleção é só de doação e descarte e hoje em dia nem desbastamento do acervo a gente tá fazendo mais. Mas essa nossa*

política tá em cima de doação. A gente cansou de fazer destaque de títulos que a gente achava interessante pra biblioteca e estava precisando aqui no acervo e não comprou.
Participante E: *A gente tá implantando agora. Estamos recomeçando, né?*

Já outras respostas, como a do participante D, mostram que a política de desenvolvimento está baseada apenas na seleção das doações recebidas pela biblioteca e o descarte de materiais que já não têm condições de uso. De acordo com as respostas, um dos motivos para considerar o livro sem condições de uso é quando o profissional constata que está mofado e, portanto, ele não pode mais ser disponibilizado para os usuários.

Participante A: *Nós fizemos muitas modificações e essas questões de política não tem nenhuma aqui. E como precisava de fazer muitas reestruturações no layout da biblioteca, eu deixei tudo que se diz à política de indexação, à política de acervo, à política de uso da biblioteca, tudo para agora, para 2023. Até o momento, não temos nada, porque, depois que nós descartamos, nós fizemos uma minipolítica de acervo, que era: descartar tudo que não estava mofado, porque tinha muito livro mofado, tinha muito livro molhado, então os livros estragados, todos eles, nós tiramos. Livros em excesso, tudo que estava, que tinha muito livro em excesso, foi doado para outras bibliotecas. Então assim, estabelecer uma quantidade de livro X para ficar no acervo, e os que estavam estragados serem expurgados, a gente colocou para reciclagem, e essa miniformação de acervo nós fizemos. A política ainda não.*

Ao serem questionados se têm autonomia para elaboração de política de desenvolvimento de coleção da biblioteca, é possível observar que, apesar de não utilizarem completamente a política de coleção ou de essa política ainda estar em um processo de construção, os participantes têm sim autonomia para a elaboração dela. Como exemplo disso, é possível destacar a resposta do participante A.

Participante D: *Sim, aqui sim. E chegou o livro de doação… esse mesmo aqui chegou de doação hoje, não vai ficar, o estado dele não é muito bom, né? E eu acho que esse assunto a gente já tem, que é infantojuvenil. Isso tudo é pra verificar, a gente tem essa autonomia, mesmo porque a gente tá numa biblioteca pública, a gente não fica muito atrelado à quantidade igual uma biblioteca universitária, que tem a quantidade de aluno, tem visita do MEC, você tem que ter o acervo, você tem que ter livro, a gente não, a gente tem autonomia. Serve? Não serve? Tá muito cheio essa área do conhecimento aqui? Tá, então não vamos colocar mais dois, três*

livros de exemplares, tá muito? Tá muito, a gente pode tirar. Nós temos total autonomia aqui dentro.

Participante B: *A política acho que ela ta sendo construída agora.*

Participante A: *Sim, sim. Aqui, no caso, eu estou elaborando. A política de acervo vai ser elaborada entre eu e a outra biblioteca, mas buscando sempre a experiência das outras pessoas que já trabalham aqui há mais tempo.*

Ao serem questionados sobre quais os problemas enfrentados para a implantação da política de seleção e descarte, os participantes afirmaram não ter nenhum problema. Mais uma vez, algumas respostas mostraram que a seleção e descarte são feitos a partir da condição física do material. Isso é observado através da resposta do participante E, o qual diz que o descarte é feito se o estado físico do livro não possibilitar mais o uso desse material.

Participante A: *Não, não tem. Aqui a gente não tem problema não, é só questão de desorganização mesmo. É só uma desorganização estrutural. Pelo menos eu tive outros tipos de embates, mas, com relação à mudança na estrutura e aquilo que servia ou não para o acervo, eu não tive nenhuma interposição da superintendente ou da gerente da época, elas me deram carta branca para fazer aquilo que era necessário. Então eles me deram carta branca nesse sentido, se não foi elaborada ainda é porque agora a prioridade o que que é? Eu estou reestruturando o acervo porque nós queremos mudar o software de gerenciamento. Então nossa preocupação aqui, antes de fazer a formação de acervo, é mudar o software. Depois sim, a gente vai vim com a política de indexação e a política de acervo.*

Participante C: *O acervo é atualizado pelas doações e então é feito a seleção. Na seleção, observa se chegar material velho, se tem demanda, se o material é bom, se tem interesse ou necessidade, se tem procura.*

Participante B: *Problema? Acho que não é bem um problemão, mas a gente tem que pensar bem na hora de fazer o descarte. A política ainda tá sendo implementada. Agora na hora de fazer o descarte, acho que só faz o descarte mesmo é aquele livro que não tem solução, que já está muito estragado, já não tem como utilizar. Ou, por exemplo, aquele que tem cinco, seis volumes mesmo. E se ele tá tendo uma saída, aí esse desbaste do acervo é feito, mas ele é repassado. Se ele não tem boas condições, ele é repassado pra outra biblioteca.*

Novamente, algumas respostas, como a do participante D, mencionam a seleção de itens para o acervo da biblioteca através das doações recebidas. Essa situação condiz com um cenário já constatado por Vergueiro (2010, p. 62), ao afirmar que:

> Embora doloroso, talvez este seja o caso mais comum no Brasil, principalmente nas bibliotecas públicas de cidades de pequeno e médio porte: bibliotecários tomam as decisões de seleção, sim; mas, devido à falta de um orçamento definido, jamais se constitui um ambiente de tomada de decisões. No máximo, decide-se sobre a incorporação das doações de alguns usuários.

Com essa afirmação, pode-se perceber que esse é um problema antigo, que persiste nos dias atuais. O fato de essa situação ser mencionada várias vezes em todas as bibliotecas focos da entrevista gera um novo questionamento: essa limitação do orçamento para a compra de materiais novos para o acerto pode ser considerada forma de censura? Esse é um questionamento importante, que talvez seja necessária uma pesquisa com abordagem diferente para responder.

Participante D: *Chegou um livro, a gente vê se está em um bom estado de conservação, a gente recebeu muita doação, mas 70% tá sendo livro didático que o pessoal doa. Janeiro, dezembro e janeiro, até fevereiro, mais ou menos, eu acredito que o pessoal faz a limpa em casa. Começa o ano novo, eles sempre fazem uma limpa e tira o que não quer e manda a doação para as bibliotecas. Então tem muito livro, hoje tem muita literatura, a gente verifica o que que serve, se estão muito desatualizados ou não. O literário não tem nem questão do ano, literário tem a questão da conservação, e se a área tá muito cheia. Religião, a área de religião, espiritismo, a gente tem muito livro espírita. Serve? Serve. Vai incluir ou não vai incluir? Então a gente tem essa autonomia e a gente vai pelo nosso acervo. A gente tem mais de 160 mil obras aqui, então o acervo é grande. A biblioteca pública é um acervo grande.*

Participante E: *Aqui? Assim, a gente recebe muita doação. Aí a gente tem que fazer uma avaliação bem sucinta do material. Atualização no caso das revistas, tem revistas que estão muito desatualizadas.*

Quando foram perguntados se a lista de compra de novos materiais é revisada por órgãos responsáveis pela aquisição, obteve-se respostas positivas, em que é possível perceber que a lista de compras é revisada, mas ela raramente é feita, tendo como causa alegada a falta de verba. É válido observar que a elaboração de políticas para o desenvolvimento de coleções da biblioteca é importante também por razões econômicas. Vergueiro (1989, p. 24) afirma que

> As razões para a elaboração de políticas para o desenvolvimento de coleções parecem mais que evidentes, a começar por razões econômicas, ou seja, a necessidade de se dispor de um guia racional para a alocação de recursos, muito embora não se possa – ou não se deva – pensar em elaborar políticas apenas tendo como alvo a provável economia de recursos que se poderia obter por seu intermédio. Mas, de alguma forma, razões econômicas exigem a determinação de prioridades, pois normalmente não se tem – e, provavelmente, jamais se irá ter – verbas suficientes para a aquisição de todos os materiais de interesse [...].

A partir dessa afirmação, é confirmada a tamanha importância que uma política de desenvolvimento tem para uma biblioteca. Essa política age como um guia que abrange diversas áreas da biblioteca, incluindo a econômica.

Participante C: *A revisão é feita, só que tem alguns anos que não faz a lista, faz tantos anos que não realiza compra.*
Participante D: *Nem lembro qual foi a última vez que eu fiz lista de compra, mas a última vez que comprou foi livro da Fundação Biblioteca Nacional, a gente passou por um processo e ela liberava um valor, e a gente fez essa listagem e aonde tinha liberou e comprou. Foi realmente, na época, vistoriado pela Fundação Biblioteca Nacional. Fora isso, a gente não teve compra, então não tem como vistoriar. Se tivesse uma compra, se fosse uma política efetiva, uma política válida, aí sim teria que vistoriar. Tudo teria que ser vistoriado, vistado e verificado, mas a gente não tem isso, não tem. A gente tem, na prefeitura, uma lei que disponibiliza não sei quantos salários-mínimos para a atualização do acervo. Essa lei nunca foi praticada, nunca foi botada em prática, nunca, nunca vi. Então, se ela funcionasse realmente, nosso acervo seria um dos melhores de Goiás, com o tanto de dinheiro, de verba que entraria pra poder atualizar o acervo.*
Participante E: *A gente sempre manda, eles revisam, sim. Se bem, muitas das vezes, a gente mandou e vieram outros materiais.*
Participante A: *Não, não, sim e não. Não é que é revisado, a gente só passa para gerente que vai nos auxiliar, colocando dentro da planilha de custo, para a gente ter a verba necessária para adquirir os livros, mas não que há um impedimento.*

Em algumas respostas, foi possível perceber certas menções sobre as diferenças da biblioteca pública para outros tipos de bibliotecas. Vergueiro (1989, p. 42) afirma que, em bibliotecas públicas, há uma necessidade de estar atento quanto à seleção de materiais, pois tem

usuários bastante diversificados e por isso é preciso atender a todas as necessidades de informação dessa comunidade, seja por informação escolar formal ou por informação utilitária.

A resposta do participante E apresenta uma situação em que uma lista de materiais é requisitada, mas outros materiais são enviados. Esse cenário é preocupante e é necessária uma averiguação quanto ao motivo desse ocorrido.

6.2 ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO DAS BIBLIOTECAS

Como apontado por Lakatos e Marconi (2013), a observação é uma técnica muito útil para obter informações, em que os sentidos do pesquisador são usados para obter determinados aspectos e fenômenos da realidade. A técnica de observação é definida por Prodanov e Freitas (2013, p. 104) como "quando utilizamos os sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade". Através da observação, é possível o pesquisador "identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 191). Portanto, a observação é realizada visando encontrar nuances que poderiam não ser captadas apenas com a entrevista.

A observação das bibliotecas públicas de Goiânia foi realizada durante as entrevistas com os profissionais que lá trabalham, de forma a verificar aspectos não verbais que poderiam se manifestar durante as entrevistas. Também foi realizada a observação durante dias aleatórios, nos quais foram observados aspectos envolvendo os usuários que as frequentam.

Mediante a observação realizada durante as diversas visitas às bibliotecas públicas de Goiânia, foi possível identificar um número considerável de usuários que a procuram como local para estudos. Certos usuários buscavam algum livro teórico presente no acervo da biblioteca, e outros não realizavam empréstimos de materiais pertencentes ao acervo da biblioteca e usavam apenas os seus próprios livros, ou então o seu computador.

Foi possível observar também muitos usuários que iam até a biblioteca para fazer empréstimos de livros, muitas vezes de romance, e não permaneciam nela. Além de livros de romance, eram muito procurados livros sobre espiritismo.

Durante as entrevistas realizadas nas bibliotecas, foi possível perceber certa resistência às perguntas que abordavam, diretamente ou indiretamente, assuntos como preconceitos em leitura e censura.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu entender se existem evidências de preconceitos e/ou censura em leitura ao longo da história e de que forma eles podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia atualmente. Espera-se que as reflexões obtidas nesta pesquisa possam contribuir para atrair mais atenção ao tema e, com isso, colaborar para a elaboração de futuras pesquisas.

Nesse sentido, a metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa e exploratória, em que o primeiro passo foi a revisão bibliográfica, com o objetivo de distinguir o preconceito e a censura na história da leitura. A revisão bibliográfica foi seguida do estudo de caso, realizado através de entrevistas com os funcionários das bibliotecas, bem como a observação da biblioteca e de seus usuários.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a existência de possíveis evidências de censura e preconceitos em leitura ao longo da história, a partir de uma revisão de literatura e a forma como eles podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia na atualidade. Para atingir esse propósito, definiu-se os objetivos específicos.

O primeiro consistiu em compreender conceitos de preconceitos em leitura e censura, o segundo objetivo pretendeu verificar a manifestação de preconceitos em leitura e censura ao longo da história, os quais foram concretizados com a revisão bibliográfica, através de conceitos discutidos por autores como Chartier (1998, 2000, 2001, 2012), Manguel (1997), Abreu (2007), entre outros. Esses conceitos foram apresentados nos capítulos “Práticas de leitura: concepções teóricas e conceituais”; “Censura e preconceitos em leitura: concepções teóricas e conceituais”; e “Bibliotecas públicas: concepções teóricas e conceituais”.

Através dos conceitos apresentados por esses autores, foi possível observar que os preconceitos em leitura e a censura de livros estiveram presentes durante toda a história da leitura. Os preconceitos em leitura se manifestavam a partir da hierarquização da leitura, definindo uma leitura mais ideal e uma menos ideal. Enquanto a censura de livros era uma forma de controlar a leitura dentro das concepções ideológicas dominantes.

Depois, os objetivos específicos que visavam identificar de que forma o preconceito em leitura ou censura podem se manifestar nas bibliotecas públicas de Goiânia e verificar possíveis casos de preconceitos em leitura e censura nessas bibliotecas foram alcançados mediante entrevistas feitas com os funcionários das bibliotecas, juntamente à observação das bibliotecas e seus usuários.

Chegou-se à conclusão de que não houve indícios de preconceitos em leitura ou censura nas bibliotecas públicas durante o período da pesquisa. A análise das respostas permitiu concluir

que, apesar de ter sido constatada a presença de censura e preconceitos em leitura ao longo da história, não foram encontradas evidências de preconceito ou censura nas bibliotecas públicas de Goiânia. Porém, constatou-se uma realidade preocupante: há falta de investimentos da gestão pública nas bibliotecas estudadas causando restrições no acervo, que é constituído em maior parte por doações.

Com isso, a hipótese do trabalho de que existem preconceitos em leitura e censura de livros ao longo da história e eles têm se manifestado nas bibliotecas públicas de Goiânia se confirmou, em partes, ao constatar que houve vários casos de censura e preconceitos em leitura ao longo da história. Porém, não foram encontradas manifestações desses preconceitos nas bibliotecas públicas de Goiânia.

Sendo assim, respondendo à questão problema, existem evidências de preconceitos em leitura e censura de livros ao longo da história, mas, atualmente, esses preconceitos não se manifestam nas bibliotecas públicas de Goiânia. Nesse sentido, cabe a cada um dos profissionais que trabalham nas bibliotecas públicas, e em qualquer unidade de informação, a reflexão constante para que as suas concepções pessoais continuem não interferindo no desenvolvimento da coleção da biblioteca em que atuam.

Entretanto, para confirmar esse resultado, é necessário um estudo mais aprofundado, através de uma investigação mais profunda dos usuários. Além disso, investigar funcionários que trabalharam na biblioteca anteriormente e usuários que frequentaram as bibliotecas no passado.

Durante a execução da pesquisa, a procura por censura e preconceitos em leitura levou à descoberta de um problema tão grave quanto a censura e o preconceito: a falta de investimento vindo do poder público e, como consequência, a ausência de material no acervo das bibliotecas.

Por fim, este estudo é apenas o início de muitos outros e espera-se que ele possa inspirar muitas outras reflexões. No presente trabalho, existem lacunas com relação à visão dos usuários quanto à possível existência de preconceitos em leitura ou censura nas bibliotecas públicas de Goiânia. Portanto, esse poderá ser um ponto de partida para uma próxima pesquisa que tenha como tema preconceitos em leitura.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

ABREU, Márcia. Circulação de livros entre Europa e América. **Polifonia**, Cuiabá, v. 14, p. 161-174, 2007. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1052. Acesso em: 23 ago. 2022.

ABREU, Márcia. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. *In*: MARINHO, Marildes (org.) **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 139-157.

AZEVEDO, K. R. de; OGÉCIME, M. O papel do bibliotecário como mediador da informação na busca pelo letramento informacional. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e020001, 2019. DOI: 10.20396/rdbci.v18i0.8654473. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8654473. Acesso em: 24 fev. 2023.

BÁEZ, Fernando. História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. São Paulo: Ediouro, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **O que é a Classificação Indicativa**?. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, [2022]a. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1. Acesso em 13 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Plataforma Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022b. Disponível em: https://plataformabrasil.saude.gov.br/. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de "fake news": distinções, diagnóstico e reação. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19.,2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 3316-3330 Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/viewPaper/1219. Acesso em: 15 jan. 2023.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. *In*: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 19-31.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHARTIER, Roger. Hábito de ler está além dos livros, diz um dos maiores especialistas em leitura do mundo. [Entrevista cedida a] Amanda Cieglinski. **Agência Brasil**, Brasília, DF, jun.

2012. Disponível em: https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-06-24/habito-de-ler-esta-alem-dos-livros-diz-um-dos-maiores-especialistas-em-leitura-do-mundo. Acesso em: 29 jul. 2022.

CHARTIER, Roger; SANTOS, Andrea Pereira; DUMONT, Lígia Maria Moreira. **Livro, mundo digital e leituras:** práticas e apropriações. Goiânia: Ed. UFG, 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, Vanda Angélica da; SANTOS, Levi Allan dos. Sociedade do conhecimento, políticas públicas de informação e as bibliotecas públicas municipais de Salvador. *In*: CINFORM Encontro Nacional de Ciência da Informação, 5, 2004, Salvador. **Anais [...]** Salvador: [*s. n*], 2004.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. A opção pela literatura de massa: simples lazer, ou alienação? **Investigación Bibliotecológica**. v. 14 n. 28, p. 166-177, jan./jun. 2000. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=962830. Acesso em: 19 dez. 2022.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Os múltiplos aspectos e interfaces da leitura. **DataGramaZero**, v. 3, n. 6, 2002. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5446. Acesso em: 28 mar. 2022.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

FERRI, Daniara Zampiva. **Máquina de fazer silêncios**: o reflexo da censura nas bibliotecas e na produção literária da Argentina durante o Golpe Militar de 1976. Orientador: Marlise Maria Giovanaz. 2017. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/175266. Acesso em 29 jul. 2022.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 42. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FROMMING, Sigfrid. **A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos Irmãos Grimm no século XX**. 2014. 342 f. Tese (Pós-Graduação em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130935/332920.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012. Disponível em:

http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf. Acesso em 15 jan. 2023.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; SILVESTRE, Flor De María. Competência leitora nas bibliotecas escolares. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 79-105, set./dez. 2017 DOI: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245233.79-105. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/68642. Acesso em: 21 fev. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. Ministério do Turismo. Secretaria Especial da Cultura. **Sistema estadual de bibliotecas de Goiás**. Goiás: Ministério do Turismo, [2022]a. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/sistemas-estaduais-1/sistema-estadual-de-bibliotecas-de-goias. Acesso em: 29 ago. 2022.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Cultura. **A Secretaria**. Goiás: Secretaria de Estado da Cultura, [2022]b. Disponível em: https://www.cultura.go.gov.br/a-secretaria.html. Acesso em: 29 ago. 2022.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de Leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 107 -116.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. Haia: IFLA, 2022. Disponível em: https://repository.ifla.org/handle/123456789/2027. Acesso em 25 ago. 2022.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina; PAIXÃO, Fernando. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**: uma reflexão. Orientador: Victor Aquino Gomes Correa. 2010. 230 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_982fd3692b6a28c540c8ef5d71c4e5f1. Acesso em: 29 de jul. de 2022.

LESSA, Bruna.; GOMES, Henriette Ferreira. A Biblioteca Pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 35-4, jan./abr. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/30765. Acesso em: 27 ago. 2022.

LOPES, Francisco Leandro Castro. **A classificação da literatura erótica e a ética na representação da informação**. Orientador: Gracy Kelli Martins Gonçalves. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2020. Disponível em:

https://ppgb.ufca.edu.br/a-classificacao-da-literatura-erotica-e-a-etica-na-representacao-da-informacao/. Acesso em: 14 jan. 2023.

MALTA, Renata Barreto; FLEXOR, Carina Luisa Ochi; COSTA, Aianne Amado Nunes. Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 61, e6110, dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2316-40186110. Disponível em: https://www.scielo.br/j/elbc/a/3ygWC93Pp4SYskjTnzN8vvv/. Acesso em: 20 jul. 2022.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MELO, Orlinda Carrijo. **A invenção da cidade**: leitura e leitores. Goiânia: Editora UFG, 2007.

MEMORIAS DA DITADURA. **Origens do Golpe**. [2022?] Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/. Acesso em: 17 dez. 2022.

MILANESI, Luiz Augusto. **O que é biblioteca**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 69-75, jan./jun. 1978. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/594/. Acesso em: 26 ago. 2022.

OCTAVIANO, Véra Lucia C.; REY, Carla Monte; SILVA, Kelly Cristina da. Informação e censura no Brasil: da formação do Estado à 'Era do Real'. **Transinformação**, [Campinas], v. 12, n. 1, p. 59-71, jan./jun. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/xLdNYnkccXspWZSHRRjpf8F/. Acesso em: 20 jul. 2022.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125-151, set./dez. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245243.125-151. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_9868adbb2f5b42d8aa363b9f566ae9ad. Acesso em: 28 jul. 2022.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de Livros durante a ditadura militar**: 1964-1978. Orientador: Sílvia Cortez Silva. 2003. 151 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_b21f63a39f82ee4982bdcfe3db13bfeb. Acesso em: 23 jul. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [*S. l.*], v. 18, n. 36, p. 157-180, 2013. Disponível

em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p157. Acesso em: 26 ago. 2022.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação...": censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, [São Paulo], v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkmxNvF/. Acesso em: 20 jul. 2022.

ROSENDO, Rosi. Relatório metodológico. *In*: FAILLA, Zoara. (org.). **Retratos da leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021. p. 162-165.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Andréa Pereira dos. Práticas de leitura: censura e preconceito nos meandros da história. *In*: DUMONT, Lígia Maria Moreira; MENDONÇA, Ismael Lopes (org.). **Leitor, leitura e seus contextos**: livro de estudos. Florianópolis: Gráfica Rocha e Editora; PPGCI/UFMG, 2021. p. 55-89.

SANTOS, Andréa Pereira dos; CHAVEIRO, Eguimar Felício; VILELA, Benjamim Pereira. Espaço, Leituras fragmentadas: construção de leitores e preconceitos em leitura. *In*: SANTOS, Andréa Pereira dos; LIMA, Angelita Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; SILVA, Luciana Cândida da (org.). **Leitura, Espaço e Sujeito**. Goiânia: Fic/Funape/Laboter, 2014. p. 15-25. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/366/o/Leitura__espa%C3%A7o_e_sujeito.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. DOI: 10.18225/ci.inf..v29i2.887 Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19166. Acesso em: 24 dez. 2022.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa; [Brasília, DF]: INL, 1980.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 16, n. 1, jan./jun. 1987. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf..v16i1.266. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266. Acesso em: 27 fev. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. História em quadrinhos, bibliotecas e bibliotecários: uma relação de amor e ódio. **Não está no Gibi**, [*S. l*], fev. 2003. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=137. Acesso em: 23 jun. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

UFG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "**Preconceitos em leitura nas bibliotecas públicas de Goiânia**" que é parte do projeto "*A leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informacionais*", coordenado pela profa. Dra. Andréa Pereira dos Santos. Meu nome é Julia Veronez Nery Di Alves, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é biblioteconomia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação**,** em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail alves.julia@discente.ufg.br e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62)98296-8372, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a existência, ao longo da história, a possível manifestação de preconceitos em leitura nas bibliotecas públicas de Goiânia e a forma como os preconceitos de leitura podem ser evidenciados. Você será consultado por meio de questionário e para isso deverá reservar um período de aproximadamente dez minutos. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Vale ressaltar os riscos mínimos conhecidos, tal como o constrangimento de expor suas respostas, comprometendo-se com o máximo de benefícios, como o aprofundamento dos estudos sobre preconceitos em leitura no Brasil.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista

é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

( ) Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
( ) Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

( ) Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
( ) Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

( ) Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
( ) Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, ..., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado "Preconceitos em leitura nas bibliotecas públicas de Goiânia". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **Julia Veronez Nery Di Alves** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Goiânia, ... de ..... de .....

_____

Assinatura por extenso do(a) participante

_____

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS FUNCIONÁRIOS

1. No seu ponto de vista, o que é leitura?
2. Leitura é válida independentemente do suporte e da forma como é feita? Justifique.
3. Que tipo de leitura você acredita ser o mais praticado pelos usuários?
4. Essa leitura realizada por eles é ideal?
5. Que tipo de leitura acha ideal para os usuários?
6. Na sua experiência profissional, quais são as situações de reclamações de usuários em relação ao material de leitura disponível na biblioteca?
7. Você já deixou de inserir algum tipo de material no acervo por acreditar que tal item não seria adequado? Se sim, por quê?
8. Em algum momento você sentiu receio de inserir algum material na coleção da biblioteca por pensar na repercussão que o material poderia causar?
9. Já sentiu que algum material foi rejeitado ou censurado pela questão do conteúdo (por usuários ou pelo poder público)?
10. Acredita que a biblioteca já tenha sido alvo de censura ou preconceito e/ou presenciou algo nesse sentido?
11. A biblioteca possui política de desenvolvimento de coleções?
12. Você tem autonomia para elaboração de política de coleção da biblioteca?
13. Quais os problemas enfrentados para implantação da política de seleção e descarte?
14. As listas de compras de novos materiais são revisadas por órgãos responsáveis pela aquisição?

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais

Pesquisador: ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 15

CAAE: 41236915.8.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.698.014

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais. Pesquisador Responsável: ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS. CAAE: 41236915.8.0000.5083. Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia.

Membros da equipe de pesquisa: Vanessa Ferreira de Almeida Resende; Larissa Andrade Batista Cavalcanti; Myriam Martins Lima; Keyla Rosa de Faria; Emilly Leticia Vieira de Souza; Luciana Candida da Silva; Erinaldo Dias Valerio; Geisa Müller de Campos Ribeiro; Julia Veronez Nery di Alves; Marizangela Gomes de Morais; Filipe Reis Dias de Jesus; José Vanderley Gouveia; Katia de Aguiar Sousa.

Objetivo da Pesquisa:

Justificativa da Emenda:

Submissão de emenda com relatório parcial do Projeto Guarda-Chuva, tendo como pesquisas realizadas e concluídas os seguintes títulos:

- "Bibliotecas e Bibliotecários no processo de ensino: análise comparativa entre uma instituição federal de ensino e uma escola estadual da rede pública de Goiás";

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

- “A atuação do bibliotecário no contexto hospitalar”;

- “Práticas de acessibilidade e inclusão social de deficientes visuais e auditivos em bibliotecas universitárias da rede pública e privada de Goiânia”;

- “A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais”.

E, também, a inserção das novas pesquisas a incorporar o projeto, denominadas

- " Comportamento informacional e práticas leitoras de adolescentes e jovens moradores do município de Aparecida de Goiânia - Goiás";

- "Preconceitos em leitura nas bibliotecas públicas de Goiânia";

- "Centro de documentação e memória EQUIPLEX: um estudo de caso sobre o processo de implantação", as demais especificações de cada uma estão postas no documento "Relatório parcial e emenda" em anexo.

Objetivo Primário:

Desenvolver a discussão conceitual, teórica, histórica e cultural dos eventos que envolvam as diversas práticas de leitura, de letramento informacional, comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias sejam elas formais (escolas, bibliotecas, universidades) a partir dos processos de ensino aprendizagem ou outros espaços informais (praças, parques, consultórios, terminais de ônibus etc.).

Objetivo Secundário:

Analisar a história de leitura e cultural dos sujeitos; analisar os conceitos que envolvam práticas de leitura; Estudar o comportamento informacional dos sujeitos; entender o processo de letramento informacional nas diferentes instituições de ensino seja de nível básico ou superior;

entender se há prática de letramento informacional na escola e/ou em bibliotecas; Entender a contribuição da comunicação no processo de formação de leitores; saber como as mídias contribuem para fortalecimento das culturas; Compreender o processo da comunicação científica; investigar temas relacionados ao movimento antirracista no campo informacional; realizar estudos acerca da acessibilidade física e informacional nos diferentes indivíduos com ou sem deficiências física comunicação científica; investigar temas relacionados ao movimento antirracista no campo informacional; realizar estudos acerca da acessibilidade física e informacional nos diferentes indivíduos com ou sem deficiências físicas; conhecer estudos relacionados à prática de biblioterapia; saber se a prática de biblioterapia é realizada em diferentes instituições do Estado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não houve alteração dos riscos e benefícios avaliados em parecer emitido anteriormente.

Nos novos objetivos juntados a este protocolo, os riscos e benefícios estão esclarecidos nos modelos de TCLE a serem aplicados. Atendem os princípios éticos vigentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os participante dessa pesquisa são crianças, adolescentes e jovens entre 10 e 24 anos moradores da Cidade de Aparecida de Goiânia. Para tanto, foram construídos 3 modelos de questionários para as seguintes faixas etárias: 10 à 14 anos; 15 à 19 anos; 20 à 24 anos. Os termos de consentimento também foram redigidos de acordo com cada faixa etária. Além disso, a pesquisa realizará aplicação de um teste piloto, com 3 instituições.

A aplicação dos questionários pretende ser à distância com o envio do formulário google forms. No caso, especialmente dos menores de idade, tal coleta deve contar com a participação e auxílio das escolas.

Sendo que a escola enviará o link contendo os termos de consentimento e assentimento para o contato dos responsáveis que, no caso de menores de idade, terá a opção de marcar o consentimento do responsável e o assentimento do menor de idade. Só então as questões serão abertas para serem respondidas. O link da pesquisa contará com a divulgação via redes sociais da prefeitura de Aparecida.

O formulário da pesquisa eletrônico terá sempre um botão para que o participante informe se tem mais ou menos de 18 anos. Caso tenha menos de 18, abrirá os termos de consentimento dos responsáveis que deverá assinalar positivamente antes da disponibilização do termo de assentimento a ser assinalado pelo menor.

foram realizadas e concluídas as seguintes pesquisas, a partir da colaboração dos respectivos

membros do projeto:

1) “Bibliotecas e Bibliotecários no processo de ensino: Análise comparativa entre uma instituição federal de ensino e uma escola estadual da rede pública de Goiás” DIEGO DA HORA MENEZES;

2) “A atuação do bibliotecário no contexto hospitalar” NATÁLIA MENDES DO NASCIMENTO;

3) “Práticas de acessibilidade e inclusão social de deficientes visuais e auditivos em bibliotecas universitárias da rede pública e privada de Goiânia” GUILHERME MARTINS LEMES;

4) “A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais” KEYLA ROSA DE FARIA;

5) “A Leitura e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais” MYRIAM MARTINS LIMA.

Esses trabalhos foram desenvolvidos dentro dos objetivos do projeto, aplicando seus respectivos TCLE, sendo assim, foram apresentados em eventos e bancas de conclusão de curso. O projeto prossegue-se, então, em andamento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- TCLE e instrumento de coleta de dados do objetivo secundário: "Preconceitos em leitura nas bibliotecas públicas de Goiânia"
- TCLE do objetivo secundário “Centro de Documentação e Memória Equiplex: um estudo de caso sobre o processo de implantação"
- TCLE do objetivo secundário: "Comportamento informacional e práticas leitoras de adolescentes e jovens moradores do município de Aparecida de Goiânia – Goiás"
- TALE: "Comportamento informacional e práticas leitoras de adolescentes e jovens moradores do município de Aparecida de Goiânia – Goiás”
- Instrumentos de coleta de dados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à APROVAÇÃO da presente EMENDA, por atendido as pendências emitidas anteriormente. A presenta emenda solicita a inclusão de novos objetivos específicos, a saber:

- " Comportamento informacional e práticas leitoras de adolescentes e jovens moradores do município de Aparecida de Goiânia - Goiás";

- "Preconceitos em leitura nas bibliotecas públicas de Goiânia";

- "Centro de documentação e memória EQUIPLEX: um estudo de caso sobre o processo de implantação", as demais especificações de cada uma estão postas no documento "Relatório parcial e emenda" em anexo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Enviar relatório final em janeiro de 2027

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1963801_E11.pdf	12/09/2022 14:29:31		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Emilly_Editado.docx	11/09/2022 22:44:42	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Katia_Editado.docx	11/09/2022 22:44:32	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_e_Instrumento_de_coleta_JULIA_Editado.docx	11/09/2022 22:44:19	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Alunos_Emilly_Editado.docx	11/09/2022 22:44:05	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsaveis_Emilly_Editado.docx	11/09/2022 22:43:30	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
Outros	Relatorio_Parcial_e_Emenda_Emilly.docx	18/08/2022 13:43:23	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
Outros	Anexo_A_e_B_20_a_24_anos.docx	15/08/2022 20:38:27	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
Outros	Anexo_A_e_B_15_a_19_anos.docx	15/08/2022 20:38:11	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
Outros	Anexo_A_e_B_10_a_14_anos.docx	15/08/2022 20:37:51	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso_KATIA_JULIA.pdf	15/08/2022 20:35:33	EMILLY LETICIA VIEIRA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ModeloTCLEaparecida.doc	15/07/2021 15:32:06	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	TermodeCompromissoLarissa.pdf	30/04/2021 14:42:20	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_TCLE_EmillY.doc	08/04/2021 15:14:45	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_Emilly.pdf	18/03/2021 18:13:14	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	15/05/2020 08:42:32	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto2.pdf	15/05/2020 08:27:46	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoprofessores.pdf	15/05/2020 08:24:46	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TC_assinado_Larissa_Andrade.pdf	14/05/2020 12:34:50	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso_Suely.pdf	14/05/2020 12:34:29	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso_geisa.pdf	14/05/2020 12:34:13	ANDRÉA PEREIRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Termo de Compromisso (1).docx	16/03/2015 16:10:15		Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Continuação do Parecer: 5.698.014

Não

GOIANIA, 12 de Outubro de 2022

Assinado por:
Marilúcia Lago
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

Fonte: Brasil (2022b)

ANEXO B – MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS

International Federation of Library Associations and Institutions

unesco Information for All Programme

Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento social e individual são valores humanos fundamentais. Tais valores só vão ser alcançados por meio da capacidade de cidadãos bem informados exercerem seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública, porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais.

Em todas as nações, mas especialmente nos países em desenvolvimento, as bibliotecas ajudam a garantir que os direitos à educação e à participação na sociedade do conhecimento e da vida cultural da comunidade estejam acessíveis ao maior número possível de pessoas.

Este Manifesto proclama a crença da UNESCO na biblioteca pública como uma força viva para a educação, cultura, inclusão e informação, como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento da paz e bem-estar espiritual de todos os indivíduos.

Portanto, a UNESCO incentiva os governos nacionais e locais a apoiarem e se engajarem ativamente no desenvolvimento de bibliotecas públicas.

A Biblioteca Pública

A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários. Ela é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação. Ela fornece um espaço de acesso público para a

produção de conhecimento, compartilhamento e troca de informações e cultura, como também a promoção do engajamento cívico.

As bibliotecas são geradoras de comunidades, buscando proativamente novos públicos e utilizando uma escuta eficaz para apoiar o desenvolvimento de serviços que atendam às necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida. O público confia na sua biblioteca e, em troca, a biblioteca proativamente almeja manter sempre sua comunidade informada e conscientizada.

Os serviços da biblioteca pública são prestados com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para aqueles usuários que não podem, por qualquer motivo, usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência em habilidades digitais ou de informática, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade.

Todas as faixas etárias devem encontrar material relevante para suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de mídia apropriada e tecnologias modernas, além dos materiais tradicionais.

Ter alta qualidade, ser relevante às necessidades e condições locais e retratar a diversidade linguística e cultural da comunidade são atributos essenciais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da atividade humana e os produtos de sua imaginação.

As coleções e os serviços não devem estar sujeitos a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais.

Missões da Biblioteca Pública

As seguintes missões-chave relacionadas à informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural devem estar no cerne dos serviços das bibliotecas públicas. Através dessas missões-chave, bibliotecas públicas contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis.

- Fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias sem censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis e fomentar o aprendizado ao longo da

vida ao permitir a busca contínua, voluntária e autônoma de conhecimento, para as pessoas em todas as etapas da vida;

- Proporcionar oportunidades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia;
- Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta;
- Promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para desenvolver habilidades de leitura e escrita, viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e alfabetização digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática;
- Fornecer serviços às suas comunidades de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais que permitem acesso a informações, coleções e programas sempre que possível;
- Garantir acesso para todas as pessoas ao conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social;
- Promover o acesso das comunidades ao conhecimento científico, como resultados de pesquisas e informações de saúde que possam impactar a vida de seus usuários, além de possibilitar a participação no progresso científico;
- Fornecer serviços de informação de qualidade às empresas, às associações e aos grupos de interesse locais;
- Preservar e promover acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados de acordo com os desejos da comunidade;
- Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
- Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados.

Financiamento, Legislação e Redes

O acesso ao edifício e aos serviços da biblioteca pública é, por princípio, gratuito. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Ela deve ser

amparada por legislação específica e atualizada, alinhada aos tratados e acordos internacionais. Ela deve ser financiada pelos governos nacionais e locais. Bibliotecas devem ser um componente essencial de qualquer estratégia de longo prazo para a Cultura, para o acesso à informação, para a aprendizagem e Educação.

Na era digital, a legislação de direitos autorais e propriedade intelectual deve garantir às bibliotecas públicas a mesma capacidade de adquirir e dar acesso a conteúdos digitais com base em termos razoáveis, como acontece com os seus recursos físicos.

Para garantir a coordenação e cooperação nacional de bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem definir e promover uma rede nacional de bibliotecas baseada num padrão de serviço estabelecido.

A rede de bibliotecas públicas deve ser projetada em relação às bibliotecas, nacionais, regionais, de pesquisa, especiais, bem como às de escolas, colégios e universidades.

Funcionamento e Gestão

Uma política clara deve ser formulada, definindo objetivos, prioridades e serviços em relação às necessidades da comunidade local. A importância do conhecimento local e da participação da comunidade é valiosa e as comunidades locais devem ser incluídas no processo de tomada de decisões.

A biblioteca pública deve ser organizada de forma eficaz e os padrões profissionais de funcionamento devem ser observados.

Os serviços precisam ser acessíveis fisicamente ou digitalmente a todos os membros da comunidade. Para isso, os edifícios das bibliotecas precisam estar bem situados e equipados, contar com áreas de leitura e estudo adequadas, além de oferecer tecnologias relevantes e horários de funcionamento convenientes para seus usuários. Também deve fornecer serviços de acesso para aqueles que não podem visitar a biblioteca.

Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades em áreas rurais e urbanas, bem como às necessidades de grupos marginalizados, pessoas com deficiência, usuários que demandem atendimento especial, usuários multilíngues e povos indígenas dentro da comunidade.

O bibliotecário é um intermediário ativo entre usuários e recursos, tanto digitais quanto tradicionais. Os recursos humanos e materiais suficientes, bem como a formação continuada do bibliotecário são imprescindíveis tanto para garantir serviços adequados como para enfrentar os desafios do presente e do futuro. As entidades responsáveis mantenedoras

devem consultar os profissionais da biblioteca para definir quantitativamente e qualitativamente os recursos que devem ser contratados.

Programas de extensão e educação devem ser fornecidos para ajudar os usuários a se beneficiarem de todos os recursos ofertados.

Pesquisas contínuas devem se concentrar na avaliação do impacto da biblioteca e na coleta de dados para demonstrar o benefício social das bibliotecas para os agentes formuladores de políticas públicas. Os dados estatísticos devem ser coletados a longo prazo já que os benefícios das bibliotecas na sociedade são frequentemente vistos nas gerações subsequentes.

Parcerias

Estabelecer parcerias é essencial para que as bibliotecas alcancem um público mais abrangente e diversificado. Cooperar com parceiros relevantes – como, por exemplo, grupos de usuários, escolas, organizações não governamentais, associações de bibliotecas, empresas e outros profissionais em nível local, regional, nacional ou internacional – deve ser uma prática assegurada.

Implementando o Manifesto

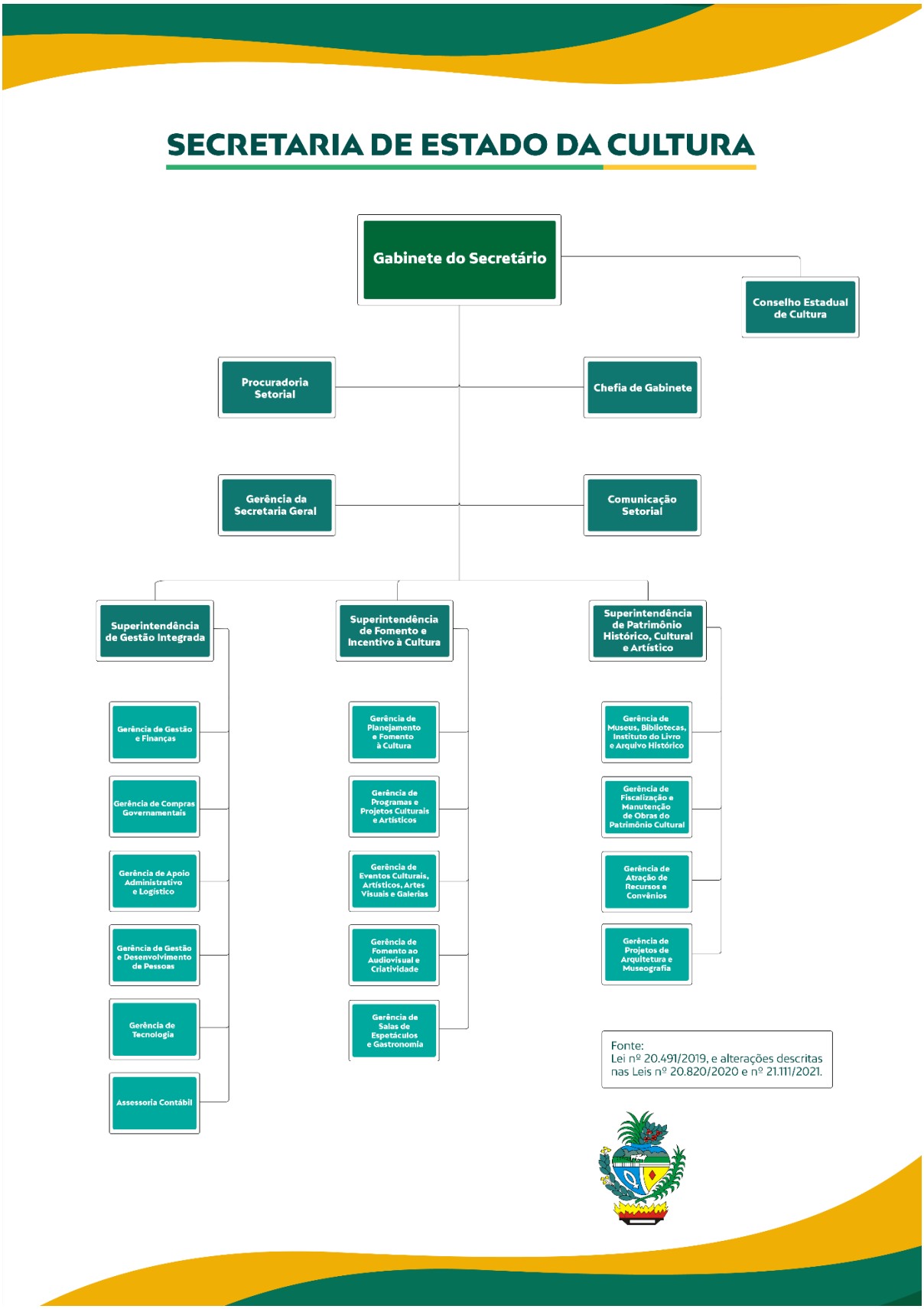
Os tomadores de decisão nos níveis nacional e local e a comunidade bibliotecária em geral, em todo o mundo, estão convocados a implementar os princípios expressos neste Manifesto.

18 de julho de 2022

Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições - FEBAB

Fonte: IFLA (2022)

ANEXO C – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE GOIÁS (SECULT)



Fonte: Goiás (2022b)